

**INDICADORES DA QUALIDADE DA EXPERIÊNCIA DO
VISITANTE NO PARQUE ESTADUAL DA ILHA ANCHIETA**

SILVIA YOCHIE KATAOKA

Dissertação apresentada à Escola Superior de
Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Mestre em Recursos
Florestais, com opção em Conservação de
Ecossistemas Florestais.

PIRACICABA

Estado de São Paulo - Brasil

Setembro - 2004

**INDICADORES DA QUALIDADE DA EXPERIÊNCIA DO
VISITANTE NO PARQUE ESTADUAL DA ILHA ANCHIETA**

SILVIA YOCHIE KATAOKA

Engenheiro Florestal

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. **TERESA CRISTINA MAGRO**

Dissertação apresentada à Escola Superior de
Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Mestre em Recursos
Florestais, com opção em Conservação de
Ecossistemas Florestais.

PIRACICABA

Estado de São Paulo - Brasil

Setembro - 2004

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP**

Kataoka, Silvia Yochie
Indicadores da qualidade da experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta / Silvia Yochie Kataoka. - - Piracicaba, 2004.
97 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2004.
Bibliografia.

1. Áreas de conservação 2. Ilha Anchieta 3. Indicadores de qualidade 4. Parques estaduais 5. Proteção ambiental 6. Visitantes I. Título

CDD 333.72

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Susumu e Seiko (*in memoriam*)
pelas preciosas lições de vida.

AGRADECIMENTOS

**Cada um de nós
Compõem a sua história
Cada ser em si carrega o Dom de ser capaz
De ser feliz**
Almir Sater/ Renato Teixeira

À Deus por iluminar meu caminho e estar sempre presente nos momentos difíceis.

À minha orientadora Teresa C. Magro pela orientação, carinho, apoio e confiança ao longo deste trabalho.

À Maria de Jesus e Manoel pela acolhida e oportunidade de desenvolver a pesquisa em um lugar tão especial.

Ao Prof. Alan Watson, pesquisador do Aldo Leopold Wilderness Research Institute, por me instigar com seus trabalhos e sua vivência.

À banca de qualificação pelas preciosas sugestões – Profa. Solange Guimarães, Prof. João Hoeffel e Prof. Antônio Ribeiro.

Ao Prof. Hilton Thadeu Z. Couto, pelo auxílio na análise dos dados.

À minha família, principalmente meu irmão - Sergio Massaru, minha cunhada - Ana Paula, minha irmã - Miyuki, minha tia - Tomie e Maria José.

À Paula Bernasconi pela companhia, apoio, carinho e ajuda na transcrição das fitas.

À Ivete Neves Martins Bernasconi pelas planilhas de excel.

À Daniela Talora pelas leituras e correções do texto, pela sua amizade e carinho.

Aos voluntários pela valiosa ajuda na coleta dos dados: Juliana Tombolato, Dani, Paula, André (Village), Daniela (Cut) e Marcos (K-ramelo).

Às queridas amigas e queridos amigos: Aninha, Daniela (Cut), Anna Júlia, Gláucia, Andreia Mosca, Márcia Toffani (Fanni), Felipe (Pé-de-Pano), Claudia Irene, Vanderlei

(Brahma), Elvis (Nanicão), Claudia Coelho, Raquel, Claudia Lira e Marcelino, Ana Schilling, Eliza e Mirene.

À Gislaine de Rio Claro pelos valiosos conselhos.

Aos estagiários, pesquisadores e funcionários do PEIA pelas conversas, confraternizações e momentos de descontração, especialmente ao Carlos Baccarin.

Ao tenente Samuel pelas histórias e lendas da Ilha Anchieta.

Ao Evandro e Ricardo do CPD da Floresta pela ajuda nos momentos finais.

Ao pessoal da secretaria da Floresta, Catarina, Marcelo, Margareth e Daniel.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	xi
RESUMO	xii
SUMMARY	xiv
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Hipótese	3
1.2 Objetivos	4
1.2.2 Objetivo geral	4
1.2.2 Objetivos específicos	4
1.2 Resumo dos capítulos	4
2. REVISÃO DE LITERATURA	6
2.1 Uso público e conservação	6
2.2 Impactos causados pela visitação	12
2.3 Manejo da visitação	15
2.4 Qualidade da experiência do visitante	21
2.5 Seleção de indicadores	25
2.6 Percepção em áreas naturais	30
2.7 O ser humano, cultura e natureza	33
2.8 Parque Estadual da Ilha Anchieta	35
2.8.1 Aspectos históricos da Ilha Anchieta.....	35
2.8.2 Características da visitação	37

2.8.3 Perfil do visitante	40
3 MATERIAL E MÉTODOS	42
3.1 Caracterização geral da área de estudo	42
3.1.1 Clima e geomorfologia	44
3.1.2 Vegetação	45
3.1.3 Fauna	47
3.1.4 Aspectos administrativo e uso público no parque	48
3.2 Pesquisa quanti-qualitativa	49
3.3 Procedimentos de campo	50
3.3.1 Elaboração do roteiro da entrevista	50
3.3.2 Entrevistas	52
3.3.3 Coleta dos dados	54
3.3.3.1 Áreas de estudo	54
3.3.3.2 Data das coletas	57
3.3.4 Análise dos dados	57
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
4.1 Análise das entrevistas de chegada	61
4.2 Análise das entrevistas de saída	66
4.3 Indicadores potenciais	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
ANEXOS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Ações de manejo	19
2 Manejo direto e indireto dos visitantes	20
3 Distribuição anual do número de visitantes do Parque Estadual da Ilha Anchieta, no período de 1993 a 2003	40
4 Localização do Parque Estadual da Ilha Anchieta	43
5 A Ilha Anchieta é dividida em dois setores montanhosos com altitude máxima de 339 m no setor setentrional	45
6 Ruínas do antigo presídio desativado em 1955	54
7 Desembarque dos visitantes e primeira abordagem pelos monitores do Parque....	55
8 Praia das Palmas com a maior concentração de barcos particulares	56
9 Componentes de um modelo interativo de análise dos dados	59
10 Número de vezes que o visitante foi ao PEIA (chegada)	62
11 Número de vezes que o visitante foi ao PEIA (saída)	68

LISTA DE TABELAS

	Página
1 Critérios para seleção de indicadores	29
2 Número de visitantes no Parque Estadual da Ilha Anchieta, período de 2000 a 2003 e projeção da demanda de visitação entre 2004 e 2007	38
3 Preferência dos visitantes	41
4 Coleta de dados no PEIA – datas e quantidade de entrevista realizadas	57
5 Procedência dos visitantes (chegada)	61
6 Comparação dos motivos que levaram os visitantes para o PEIA de acordo com o número de vezes que foi ao Parque	63
7 Principais motivações para a visita	64
8 Como ficou conhecendo o Parque Estadual da Ilha Anchieta (chegada)	65
9 Tipo de experiência citado pelos entrevistados	66
10 Procedência dos visitantes (saída)	67
11 Tamanho dos grupos de visitantes	68
12 Como ficou conhecendo o Parque Estadual da Ilha Anchieta (saída)	69
13 Comparação dos motivos que levaram os visitantes para o PEIA de acordo com o tipo de embarcação	70
14 Preferência dos visitantes durante a visita	71
15 Comparação dos levantamentos realizados em 2004 e 2003 na Ilha Anchieta em ordem crescente	72
16 Percepção do visitante com relação à quantidade de pessoas – Como os visitantes esperavam encontrar a Ilha Anchieta?	73

17	Relação de visitantes que consideram o PEIA como uma área natural primitiva	75
18	Relação de visitantes que consideram o PEIA como uma unidade de conservação	77
19	Relação de visitantes que consideram o PEIA como uma atração turística	77
20	Notas atribuídas à visita em cada coleta de campo	78

LISTA DE ABREVIATURAS

PEIA – Parque Estadual da Ilha Anchieta

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

SIMBIO – Sistema de Monitoramento da Biodiversidade em Unidades de Conservação

SBF – Secretaria de Biodiversidade e Floresta

DAP – Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INDICADORES DA QUALIDADE DA EXPERIÊNCIA DO VISITANTE NO PARQUE ESTADUAL DA ILHA ANCHIETA

Autora: SILVIA YOCHIE KATAOKA

Orientadora: Prof^a. Dr^a TERESA CRISTINA MAGRO

RESUMO

A motivação desta pesquisa é contribuir com o entendimento das relações que se estabelecem entre os visitantes e as áreas naturais para melhorar o manejo do uso público em unidades de conservação. Ao conhecer as características básicas dos visitantes podemos compreender melhor quem, quantos, quando, onde e de que modo essas pessoas recebem os benefícios das áreas silvestres. Estas informações ajudam os políticos, administradores e pesquisadores a compreenderem o comportamento dos usuários, bem como as causas e potenciais soluções dos impactos ecológicos e recreativos causados pelos visitantes. A diversificação das atividades recreativas e o desenvolvimento do turismo de aventura geraram o aumento da visitação nas unidades de conservação, tornando necessário que os métodos de avaliação do uso público sejam testados e melhorados no que se refere ao uso de indicadores que possam realmente avaliar os efeitos sociais da visitação. Já existe disponível na literatura uma relação de indicadores sociais, propostos principalmente por pesquisadores americanos, que estão sendo aplicados em unidades de conservação brasileiras. No entanto, existem dúvidas

com relação à eficiência destes indicadores para as condições de perfil, normas e definições relacionadas ao uso público, determinadas por órgãos administrativos como o IBAMA. O valor ecológico e a integridade dos ecossistemas naturais têm recebido maior atenção, na avaliação e seleção de indicadores. No caso das experiências humanas, no que se refere a atividades de recreação e educação ambiental, não existe uma indicação do que poderia ser considerada uma experiência de qualidade. Devido à falta de clareza do que se deseja com as condições sociais nas áreas naturais protegidas brasileiras, a experiência do visitante é avaliada de forma diversificada, desde a satisfação pelos serviços oferecidos no local, denotando uma relação mais comercial, até abordagens mais adequadas, onde se avalia a experiência no local, como oportunidades para a privacidade. Assim, esta pesquisa utilizou como cenário o Parque Estadual da Ilha Anchieta que devido a sua condição de ilha gera uma expectativa no visitante, que pode inclusive ser contraditória, porque ambientes com praia criam uma atmosfera de integração social, mas a sensação de estar numa ilha pode gerar a expectativa de isolamento em um ambiente primitivo. O conjunto destas características e implicações na visita torna o local potencialmente importante para o estudo das expectativas e experiência dos visitantes em áreas naturais protegidas. Para avaliar a qualidade da experiência do visitante no Parque foram utilizadas entrevistas, dando um enfoque quanti-qualitativo na análise dos dados. O conhecimento adquirido sobre os visitantes, como suas motivações, expectativas, desejos, informações sobre o local e outras referências tornaram possível a identificação de onze potenciais indicadores dos impactos sociais do uso público que poderão ser utilizados nas avaliações posteriores neste Parque.

INDICATORS AND STANDARDS FOR VISITORS AT ILHA ANCHIETA STATE PARK

Author: SILVIA YOCHIE KATAOKA

Adviser: Prof^a. Dr^a TERESA CRISTINA MAGRO

SUMMARY

Understanding the connection between visitors and wild areas by means of this research we can better manage the public usage of protected areas. Once we profile the visitors we can identify how many, where, when and how they can best benefit from this wild areas. This type of information can help policymakers and researchers to understanding the visitor behavior as well as potential problems and solutions for ecological impact and damage caused by the visitors. The diversification of recreational activities and the development of Adventure Tourism helped increase the visitation of wild areas becoming even more important the accuracy of the evaluation methods, indicators and standards to measure social impact caused by the interaction visitor-wild area. Several literatures about “indicators and standards” are now available mostly written by American researches, these methods are being applied to Brazilian wild areas. However these ‘indicators and standards’ may not be so efficient for Brazilian values due to standards determined by entities like IBAMA (environmental protection agency of Brazil,

stands for Brazilian Institute of the environment and renewable natural resources). The key when choosing the indicators is focused on Ecological assessment issue. When comparing human experience related to recreational activities and environmental education become very hard to have quality standard value. It is not clear what is the social purpose of the Brazilian protected wild areas therefore the visitor values are generically evaluated starting from the commodities available in the area showing more interest on commercial aspects open opportunities to privatization. We selected Ilha Anchieta State Park because the 'island' condition generates a conflicting perception: beach landscape create an image of social integration atmosphere in the other hand an island can give a perception of an isolated primitive environment. These set of characteristics and some other particulars required to visit this island make this local the right place to study visitors expectation and experience in protected wild areas. For a quality evaluation on visitor experience at the Park we interview them focusing in a data analyses based on quantity-quality information. The information gathered from visitors like their motivations, expectations, desires, impressions collected from the local and others allow us to identify eleven social impact indicators from public usage that can be used in future evaluations on this site.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as pesquisas sobre o uso público em unidades de conservação estão em um processo de aprofundamento para fornecer instrumentos de manejo para estas áreas. As pesquisas, que geralmente se limitavam ao levantamento do perfil do usuário, agora se expandem para o entendimento das relações entre o visitante e a área natural.

Conhecendo as características básicas dos visitantes podemos compreender melhor de quem, quantos, quando, onde e de que modo essas pessoas recebem os benefícios das áreas silvestres. Estas informações ajudam os políticos, administradores e pesquisadores a compreenderem o comportamento dos usuários, bem como as causas e potenciais soluções dos impactos ecológicos e recreativos causados pelos visitantes. Entendendo melhor estas características dos visitantes aumenta-se o profissionalismo do manejo e pode-se melhorar a qualidade da experiência do visitante (Roggenbuck & Lucas, 1987).

Com o aumento da visitação, devido à busca por atividades de recreação ao ar livre e o desenvolvimento do turismo de aventura, faz-se necessário ampliar os métodos de avaliação do uso público nestas áreas. Da mesma forma, é necessário o desenvolvimento de técnicas de manejo adequadas para atender às necessidades dos visitantes e ao mesmo tempo garantir a conservação e os objetivos das áreas protegidas.

De acordo com Carvallho *et al* (2000), o crescimento das atividades de ecoturismo no Brasil, transformaram as áreas protegidas em grande atrativo aos turistas. Para os autores, a maioria dessas unidades enfrenta dificuldades para atender a crescente demanda, tanto pela falta de infra-estrutura, quanto pela escassez de informações e pesquisas que avaliem os impactos causados pela visitação.

No Brasil, os estudos sobre os impactos do uso público têm-se concentrado nos efeitos do uso sobre os recursos naturais, como nos trabalhos de Passold (2002),

Carvalho *et al* (2000), Magro (1999), Robim (1999) e Takahashi (1998). Recentemente, Barros (2003) aprofundou o estudo de aspectos ligados ao comportamento dos visitantes e os efeitos sobre o ambiente natural ao investigar a relação entre o conhecimento dos usuários com os efeitos do uso em trilhas e áreas de acampamento no Parque Nacional do Itatiaia.

De acordo com Takahashi (1998), Hammitt e Cole (1998), Stankey *et al.* (1985), muitos trabalhos comprovam que não existe relação direta entre o número de visitantes e a quantidade de impactos negativos em uma área e que estes impactos estão mais ligados ao comportamento dos usuários do que propriamente ao número de pessoas envolvidas na atividade. A importância de termos uma abordagem direcionada ao entendimento das relações das pessoas entre si e com o ambiente é reforçada por esta constatação.

As preferências dos visitantes em relação a uma área natural não determinam as decisões de manejo, mas são fatores importantes a se considerar para as ações de manejo e para a seleção de padrões que indiquem as melhores condições de área para o uso público (Lucas, 1985).

Alguns dos indicadores de impactos sociais, propostos em Kuss *et al* (1990) e Stankey (1985) têm sido utilizados em trabalhos desenvolvidos no Brasil. No entanto, não sabemos se estes indicadores são adequados para as condições de perfil e também para as definições de uso público para as Unidades de Conservação brasileiras. Watson e Roggenbuck (1998) também chamam a atenção para o fato de que com muita frequência os administradores de áreas protegidas nos EUA adotam indicadores que foram selecionados para outros locais. Para os autores, algumas vezes a relevância destes indicadores não é questionada até que se tenha investido um grande esforço inventariando, monitorando e analisando dados sobre um determinado indicador.

Mas, diante dos efeitos do uso público sobre o ambiente natural, as condições sociais deveriam ou não ser monitoradas? Quais são as expectativas dos visitantes das unidades de conservação brasileiras no encontro com o ambiente natural? O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (IBAMA, 2002) deixa claro o valor ecológico destas áreas e da integridade do ambiente natural. No caso das experiências humanas, no que se refere a atividades de recreação e educação ambiental, não existe uma indicação

do que poderia ser considerada uma experiência de qualidade. Já no caso americano que tem implícito no “*Wilderness Act* de 1964” a afirmação que as “áreas silvestres devem prover a oportunidade para solitude ou um tipo de recreação primitivo e irrestrito”, isso fica mais claro. Devido à falta de clareza do que se deseja com as condições sociais nas áreas naturais protegidas brasileiras, a experiência do visitante é avaliada de forma diversificada, levando a interpretações que vão desde a satisfação pelos serviços oferecidos no local, denotando uma relação mais comercial, até abordagens mais adequadas, se avaliando a experiência no local, onde o visitante deveria encontrar principalmente oportunidades para a privacidade.

A importância de monitorar as condições sociais em uma área natural é apresentada por Watson (1989), onde o autor se refere às “condições sociais em áreas naturais” como todos os aspectos do uso humano em uma área natural que represente uma possibilidade de impacto para os recursos e para a experiência do visitante.

Considerando uma abordagem qualitativa para seleção de indicadores de qualidade da experiência, podemos mostrar através de entrevistas que é possível identificar as principais dimensões da experiência do visitante e a partir do entendimento destes resultados os indicadores potenciais serão naturalmente sugeridos (Watson e Roggenbuck, 1998).

Assim, esta pesquisa se propõe a abordar o uso de entrevistas como ferramenta para avaliar a qualidade da experiência do visitante do Parque Estadual da Ilha Anchieta. Este conhecimento possibilita a identificação de potenciais indicadores dos impactos sociais do uso público em áreas naturais protegidas bem como a proposição de ações de manejo adequadas.

1.1 Hipótese

Indicadores das condições sociais da visitação em áreas naturais podem ser obtidos a partir da avaliação da qualidade da experiência do visitante.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal deste estudo é a seleção de indicadores potenciais da qualidade da experiência do visitante em unidades de conservação e o melhor entendimento dos aspectos sociais da experiência do visitante em áreas naturais, como subsídio para o manejo do uso público.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Entender a natureza da experiência que atualmente os visitantes vivenciam no Parque Estadual da Ilha Anchieta;
- b) Identificar e caracterizar os fatores que influenciam na qualidade da visita;
- c) Selecionar os principais indicadores da qualidade da experiência do visitante.

1.3 Resumo dos capítulos

O trabalho foi organizado de modo tradicional e se apresenta da seguinte forma:

Capítulo 1: Introdução onde são expostas as motivações que justificam a pesquisa, bem como os objetivos que a nortearam.

Capítulo 2: Revisão de literatura, que dá a fundamentação teórica que apóia este trabalho e o tema em estudo, discorrendo sobre uso público e conservação, seus impactos, formas de manejo, qualidade da experiência do visitante, seleção de indicadores, percepção dos visitantes em área naturais, o ser humano, cultura e natureza e informações sobre o Parque Estadual da Ilha Anchieta, onde se discorre sobre o histórico da Ilha, aspectos gerais da visitação e do visitante.

Capítulo 3: Metodologia onde se descreve o método de pesquisa quanti-qualitativa, adotado para este trabalho, a caracterização geral da área de estudo e os procedimentos de campo.

Capítulo 4: Resultados e discussões onde se apresentam as informações gerais sobre o visitante, obtidas através das entrevistas e principalmente, são discutidos aspectos relacionados às expectativas e motivações para a visita.

Capítulo 5: Conclusões onde se destacam as contribuições deste trabalho na área de conservação, com sugestões para implementação e melhoria do método utilizado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Uso público e conservação

Este tema é importante de se abordar para mostrar um panorama da situação atual das unidades de conservação com a crescente demanda do turismo de natureza. Estas áreas ainda preservam locais primitivos, paisagens espetaculares com fauna e flora que o visitante pode apreciar. E como o turismo pode ajudar na conservação destes locais?

Nos últimos anos, a popularidade do turismo de natureza, ecoturismo, turismo de aventura entre outros, tem crescido consideravelmente, o que pode ser observado através da variedade de publicações especializadas que surgiram sobre o assunto, do número crescente de acadêmicos se dedicando ao estudo dessa atividade, das revistas e agências especializadas, de reportagens freqüentes na mídia televisiva e do crescente interesse por parte de muitos turistas (Kinker, 2002).

A propaganda direcionada para este tipo de turismo nos leva a considerar se temos capacidade de absorver toda esta demanda, pois o ecoturismo consiste em viagens por áreas naturais não degradadas ou poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar a paisagem e suas plantas e animais tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente) encontradas nessas áreas. O ponto principal é que a pessoa que pratica ecoturismo tem a oportunidade de mergulhar na natureza de uma maneira normalmente não possível no meio ambiente urbano (Ceballos-Lascurain,1995).

Conforme D'Amore¹ citado por Kinker (2002), o expressivo crescimento do turismo na natureza está relacionado a dois fatores principais: a procura por melhor qualidade de vida e o surgimento e fortalecimento de uma ética ambiental.

As pessoas que vão a procura deste tipo de turismo, geralmente buscam a liberdade, adrenalina, espiritualidade, querem sair do espaço urbano e do caos, buscando na natureza novas formas de interação e respeito, assim como a valorização do espaço natural.

As unidades de conservação, que permitem a visitação pública, devem estar preparadas para receber os visitantes, pois um dos objetivos destas áreas é propiciar a oportunidade de conhecer, os atributos e os valores ambientais protegidos pela unidade de conservação, que em alguns casos é feito através da educação ambiental, interpretação da natureza e outros meios da recreação. De acordo com o SNUC (2002) as unidades de conservação devem favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Nesta pesquisa adotamos o entendimento de uso público conforme apresentado por Magro (1999), a definição do uso e das atividades desenvolvidas em áreas naturais. Segundo a autora, o termo uso público, adotado pelos órgãos oficiais, ligados ao manejo das áreas protegidas no Brasil, pode ser definido como o usufruto gozado pelo público, quer seja recreacionista, pesquisador ou religioso. Assim, o turismo e suas derivações, quando relacionados às unidades de conservação, estão relacionados ao uso público.

No Brasil, o IBAMA conceitua uso público como as atividades educativas, recreativas e de interpretação ambiental realizadas em contato com a natureza de acordo com o especificado nos planos de manejo das unidades de conservação. O uso público ou a visitação podem acontecer também em áreas naturais privadas (Barros, 2003).

Estas duas definições são complementares e não excludentes, sendo que nesta dissertação estaremos nos referindo sempre ao termo uso público quando estamos falando dos visitantes do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA).

¹ D' AMORE, L.J. A code of ethics and guidelines for socially and environmentally responsible tourism. Journal of travel research, 1993, p. 64-66.

De acordo com Guillaumon, 1989, p. 71, “os Parques Estaduais, por suas características naturais e por suas funções institucionais, devem exercer o importante papel de propiciar condições para educação ambiental ligada ao lazer e à recreação ao ar livre, com o objetivo de criar uma nova mentalidade e uma nova postura ética, que hoje, mais do que nunca, devem enfocar a conservação da natureza”.

A visitação pública nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, basicamente, tem sido orientada pelos objetivos da categoria de manejo dessas unidades e pelo Decreto 25.341, de 04 de junho de 1986, que regulamenta os Parques Estaduais paulistas. Resoluções e Portarias específicas regulamentam a atividade de turismo em algumas unidades, como o caso da Resolução SMA no. 87 de 11/12/98 (SÃO PAULO, 1998a.), que disciplinam o acesso e a permanência de turistas no PEIA.

De acordo com Barros & Dines (2000), os parques são a categoria de unidades de conservação que necessitam de maior número de instrumentos de planejamento e manejo da visitação, as atividades de recreação certamente causam impactos, mas isso é inerente à sua existência. A demanda crescente da visitação implica, entre outros fatores, no conhecimento destes visitantes, seus desejos e suas necessidades para confrontá-los com o plano de manejo do parque, seu zoneamento e respectivas categorias de uso, compatibilizando-os.

Os visitantes variam muito em relação às demandas e expectativas, que devem ser atendidas e administradas para atingir a compatibilidade entre a conservação e o impacto exercido pelas novas formas de visitação. A atitude corrente de simplesmente ignorar essas demandas tem levado a um aumento dos impactos, exatamente por incentivar a utilização clandestina e descontrolada das áreas em questão (Barros & Dines, 2000).

Segundo Brito (2000), o ecoturismo em unidades de conservação vem crescendo no Brasil em qualidade e quantidade. Em termos da gestão das unidades, o que tem ocorrido é que o ecoturismo tem oferecido aos administradores uma dimensão “palpável” de sua “performance administrativa” e da imagem que a unidade tem para o público. Essa avaliação “informal” tem suscitado nesses administradores a busca da melhoria das condições de atendimento, tanto no que se refere à infra-estrutura de apoio, quanto à necessidade de treinamento dos funcionários.

De acordo com Takahashi (1998), a visitação em áreas silvestres, motivada pelo desejo de estar em contato com a natureza e admirar as belezas naturais, é uma atividade recreativa bastante antiga, concretizada através da prática de passeios ao ar livre, caçadas e piqueniques. Um dos melhores meios de valorizar estas áreas é a recreação planejada que vem sendo apresentada em nível mundial como uma opção de grande potencial para se alcançar à conservação dos recursos naturais.

A recreação consiste em atividades de diversão praticadas durante o tempo livre e é o termo adotado na linguagem técnica internacional pelos especialistas em lazer (Magro, 2001). Já a Diretoria do Programa Nacional de áreas Protegidas do MMA (1999) define como atividades recreativas àquelas realizadas ao ar livre, em ambientes que preservam suas características naturais intactas. Conforme o MMA estas atividades possuem algumas características especiais, que as diferenciam das atividades urbanas, relacionadas a seguir.

- Necessitam de áreas extensas onde o ambiente natural esteja protegido;
- Exigem a alocação de períodos contínuos de tempo para a sua realização (férias, finais de semana, feriados);
- Permitem um contato íntimo entre o homem e a natureza, que serve de contraponto e marco referencial para a vida urbana;
- Auxiliam no desenvolvimento do caráter dos praticantes, estimulando o respeito à natureza, a confiança e a capacidade para trabalhar em equipe;
- O conhecimento de técnicas especializadas é fundamental para a garantia da segurança durante as atividades;
- A utilização de equipamentos especializados (calçados especiais, vestimentas protetoras, mochilas, cordas, equipamentos óticos, bicicletas especiais, entre outros) é uma necessidade de segurança e condicionante da qualidade da experiência recreativa;
- Sempre envolvem algum grau de risco, maior ou menor conforme o tipo de atividade e o grau de engajamento escolhido pelo praticante.

Algumas das características citadas anteriormente não representam um consenso entre os especialistas, sendo mais adequadas para a definição de atividades de esporte de

aventura. A utilização de equipamentos especializados pode estimular o consumo, fazendo com que a necessidade destes equipamentos, passe a ser vista entre os praticantes não mais como imprescindíveis para sua segurança, mas também como modismos a serem seguidos.

Como consequência, estas características podem levar o visitante de áreas naturais a terem suas expectativas frustradas ao se deparar com o fato de que algumas atividades não podem ser desenvolvidas ou serem desenvolvidas com algumas limitações. Expectativas não cumpridas têm efeito direto na qualidade da experiência do visitante. Além das características das atividades também é importante saber os benefícios que a recreação pode trazer aos visitantes, pois eles poderão ajudar na avaliação da qualidade da visita.

Segundo Driver e Harris (apud Takahashi, 1997), os benefícios da recreação em áreas naturais protegidas podem ser separados em três categorias:

- 1) Benefícios psicológicos, que podem ser identificados pela percepção da tranquilidade e solidão, pela aproximação com a natureza e apreciação da beleza cênica, pela autoconfiança, pelo relaxamento físico e mental, pela convivência com amigos e por qualquer outra experiência satisfatória que use os sentidos.
- 2) Benefícios na mudança comportamental, pois a recreação pode promover maior habilidade para dominar o stresse, maior produtividade no trabalho e pode estimular o interesse pela conservação dos recursos naturais. São reflexos dos benefícios psicológicos.
- 3) Benefícios sociais, resultados dos dois itens acima.

Os benefícios tanto psicológicos como comportamentais são do indivíduo, a mudança comportamental é o reflexo da experiência que está ligada ao psicológico. Ao contrário, o benefício social, é aquilo que ganha visibilidade no contexto da sociedade, é a imagem mais forte do local, um produto elaborado de imagem coletiva do Parque (Guimarães², 2004).

² GUIMARÃES, S.T. de L. Notas do exame de qualificação realizado no dia 09 de junho de 2004.

Para se atingir estes benefícios, as unidades de conservação, devem estar preparadas para adotar modelos de uso público mais simples, que valorizem o ambiente e a experiência humana. De acordo com Magro (2003), a pressa em tornar as unidades de conservação em áreas rentáveis, através do turismo, pode acarretar a perda dos valores que a interpretação e a educação ambiental buscam através de seus programas.

A mesma autora afirma ainda, que os novos planos de manejo e de uso público das UCs de proteção integral poderiam atender a essas novas demandas do turismo. Para a autora, se pensarmos nos casos em que a natureza é um mero coadjuvante ou mesmo parte do cenário para o desenvolvimento de tais atividades, o balanço entre os efeitos do uso e o cumprimento dos objetivos da unidade não estará sendo favorável.

Segundo Magro (2003), de qualquer forma, as atividades turísticas são vistas como uma grande oportunidade para a sustentabilidade econômica das UCs brasileiras. Por outro lado, se reconhece também que, tanto o turismo como o ecoturismo pode representar uma ameaça para a preservação do meio ambiente quando não forem bem conduzidos (Dourojeanni & Pádua, 2001).

Magro (2003) aponta fatos que acabam focando a abordagem anterior ao mencionar que a crescente popularidade dos parques nacionais nos Estados Unidos oferece tanto uma oportunidade como um desafio. A oportunidade refere-se ao desempenho da missão dos parques nacionais de “prover oportunidade do usufruto das pessoas”. O desafio associado, naturalmente, ao cumprimento do elemento complementar da missão dos parques nacionais de “conservar a paisagem e os recursos naturais e históricos”.

Segundo Magro (2003) isso pode ser difícil com a condição de intensa visitação, principalmente quando a qualidade da experiência também está implícita nessa dupla missão. De acordo com Manning (2002), o resultado final de toda esta questão é: se os visitantes que tem uma experiência de alta qualidade são mais propensos a desenvolver o reconhecimento e o patrocínio público.

O maior desafio para os pesquisadores e administradores de áreas naturais está em como compatibilizar a conservação dos recursos com o uso público, mantendo a qualidade da experiência do visitante.

2.2 Impactos causados pela visitação

O uso das unidades de conservação para o desenvolvimento de atividades ao ar livre traz efeitos positivos e negativos. Os impactos positivos se referem principalmente ao conhecimento e respeito sobre o ambiente que está sendo visitado. Como consequência, há um maior envolvimento das pessoas com a manutenção tanto do ambiente natural como do urbano e com o desenvolvimento econômico da região onde se insere a unidade. Já os efeitos negativos podem ser agrupados em: ecológicos, estéticos, econômicos e sociais (Magro, 2001).

A ocorrência de impactos nas áreas naturais é consequência inevitável do uso, seja ele realizado com objetivos educacionais ou recreativos (Leung e Marion, 2000; Magro, 1998). Mesmo os visitantes mais conscientes deixam pegadas e, não intencionalmente, perturbam a fauna (Leung e Marion, 2000). Os impactos mais graves acontecem quando o número de visitantes é muito alto, quando os visitantes apresentam comportamentos inapropriados ou ainda quando as áreas não são manejadas adequadamente (Cole, 2000).

De acordo com Stankey *et al* (1985), os impactos podem ser agrupados em dois aspectos:

1. Ecológicos - quando provocam alterações no ambiente, degradando o solo, a vegetação, os recursos hídricos e a fauna, e
2. Sociais - quando causam uma diminuição na qualidade da experiência dos visitantes.

Os impactos sociais não ficam, necessariamente, apenas na qualidade da experiência do visitante, eles também, podem atingir a comunidade de entorno, comunidade local e o próprio visitante em vários aspectos, como econômico, físico e sociocultural.

Segundo Kinker (2002), os aspectos positivos potenciais podem ser:

1. Econômicos - desenvolvimento local, regional, estadual, nacional, crescimento econômico local, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida local, investimentos em infra-estrutura básica do local, maior participação da comunidade local, entre outros benefícios.

2. Físicos - melhoria nas infra-estruturas de recepção tanto da comunidade local como na de entorno e natureza mais preservada.
3. Socioculturais - valorização do local e da comunidade, da cultura e da história local e da natureza que a circunda, maior conscientização tanto dos turistas como da comunidade local com relação à conservação.

Neste trabalho, o enfoque principal está centrado no estudo e seleção de indicadores da experiência humana em áreas naturais, onde se possa avaliar e monitorar situações que indiquem alterações nos padrões estabelecidos para este tipo de experiência.

De acordo com Barros e Dines (2000), os impactos sociais em áreas naturais protegidas estão assumindo um caráter cada vez mais relevante no Brasil, pois trata-se de um conceito que incorpora a qualidade da experiência do visitante à qualidade do ambiente natural. Entre os impactos sociais os autores citam o número de pessoas que visitam uma área remota, pois algumas pessoas valorizam a sensação de isolamento e o fato de encontrarem um grupo grande no local diminui a qualidade da experiência. Barros e Dines (2000), ainda citam outros impactos como: utilização de aparelhos de som e rádio, pessoas gritando, grupos grandes fazendo parada para descanso no meio da trilha e vandalismo. Os autores terminam dizendo que, os impactos sociais não só afetam as relações inter-pessoais ou inter-grupos, mas contribuem também para que o efeito educativo de uma visita à natureza seja reduzido.

Por outro lado, COLE (2001), afirma que a densidade afeta mais a natureza do que a qualidade da experiência e isso deve ser considerado. A partir de uma série de estudos empíricos e da visão de vários autores, ele apresenta uma descrição relativamente consistente desta abordagem explicando que muitos visitantes preferem áreas naturais com baixa densidade e com encontros pouco frequentes, enquanto outros não gostam disto. Quando estes visitantes encontram muitas pessoas (especialmente se eles encontram muitos mais do estavam esperando) a experiência vai ser afetada de forma negativa. No entanto, a magnitude do efeito é pequena. O autor ainda explica que mesmo em situações de congestionamento os visitantes de áreas naturais continuam tendo experiências de alta qualidade. Ele acaba concluindo que a densidade de uso tem

pouco efeito na qualidade das experiências recreacionais. Salienta ainda que devemos ser mais cuidadosos com as terminologias que utilizamos, evitando relacionar as experiências de alta densidade como sendo experiências de baixa qualidade. Cole diz que a densidade provavelmente afeta a natureza da experiência, ou seja, uma visita na qual a interação social é praticamente contínua é obviamente diferente de uma visita onde não há interação com outros grupos.

De acordo com Stankey (1973), a quantidade de uso observada é uma fonte evidente de impacto sobre os visitantes, mas esta fonte de impacto nem sempre é a simples presença de outras pessoas. Este impacto pode ser percebido através de sinais evidentes de impacto como lixo, fogueiras e vandalismo (Barros, 2003).

Assim para compatibilizarmos os impactos do uso público com os objetivos de conservação das unidades, de acordo com Barros e Dines (2000), os responsáveis por essas áreas devem procurar identificar quais são os limites aceitáveis para esses impactos e começar a implantar modelos de avaliação, manejo e monitoramento de impactos.

No entanto, os limites aceitáveis de alteração do ambiente, identificados ou definidos pelos administradores, se referem aos impactos sobre os recursos naturais. Um ambiente modificado por sua vez ameaça a integridade ecológica de uma área, mas também têm conseqüências na qualidade estética do local. Manning et al (2004) explicam que nestes casos a qualidade da experiência do visitante vai ser alterada, pois também, possuem padrões relacionados ao nível aceitável de impactos sobre o ambiente. As conclusões dos autores, a partir de experimentação em campo, são importantes, apontando a relação entre a qualidade do ambiente com a qualidade da experiência do visitante. Os autores sugerem que em processos de planejamento como Limits of Acceptable Change (LAC) e Visitor Experience and Resource Protection (VERP), onde somente os especialistas são responsáveis na definição de padrões aceitáveis para os impactos, pode ser importante envolver também os visitantes nos processos de decisão.

2.3 Manejo da visitação

O aumento do número de pessoas que buscam o convívio com os ambientes naturais e a prática das atividades ao ar livre, faz com que as unidades de conservação tenham que se adequar para receber essa demanda, através de ações de planejamento e manejo. Estas ações podem representar, em alguns casos um aumento no oferecimento de oportunidades ou em outros, processos de controle mais efetivos. De qualquer forma, todo manejo do uso público vai interferir na qualidade da experiência do visitante, seja pela percepção de alterações sobre o ambiente, seja por não ter suas expectativas atendidas.

As decisões sobre o manejo do uso público de áreas naturais protegidas devem ser tomadas com base na compreensão e no conhecimento sobre o nível dos impactos em uma determinada área, dos efeitos que esses impactos têm sobre os visitantes e dos efeitos que as ações de manejo tem sobre esses impactos (Cole *et al.*, 1997).

De acordo com Hammitt e Cole (1998), alguns princípios gerais de estratégias e conceitos de manejo devem ser levados em consideração, são eles:

- 1- A mudança é uma característica de ambientes naturais; é natural. Desta forma, o manejo não irá procurar salientá-la, ou melhor, ele vai procurar salientar somente as mudanças não desejáveis;
- 2- Impactos são resultados inevitáveis do uso recreacional. Portanto não é real tentar eliminar o impacto a menos que se deseje proibir todo o uso;
- 3- Impactos exibem padrões relativamente previsíveis, tanto no espaço quanto no tempo;
- 4- Impactos variam muito entre ambientes, junto com diferenças na tolerância de cada ambiente;
- 5- Impactos variam com o tipo de uso e o modo de transporte (ex. cavalo). Onde o zoneamento é uma boa estratégia para minimizar os impactos;
- 6- Todos os elementos do ambiente estão inter-relacionados.

Hammitt e Cole (1998) ainda citam que existem duas dimensões de manejo da recreação: 1) manejo para fornecer oportunidades de experiências em áreas silvestres e 2) manejo para limitar os impactos nos recursos causados pelo uso do visitante. Essas

duas dimensões não são separadas e distintas. Elas são interligadas de maneira similar a um ecossistema. Para os autores, as inter-relações entre esses dois aspectos são às vezes sutis e facilmente não observáveis. Por exemplo, muitos impactos nos recursos também afetam as experiências dos visitantes e impactos reduzidos poderiam melhorar suas experiências.

De acordo com Barros e Dines (2000), os métodos de planejamento correntes começam a mudar seu enfoque, abandonando o modelo em que predominavam exclusivamente as referências técnicas e científicas, para adotarem um modelo onde o público afetado pelas ações de planejamento passe a representar papel relevante.

Por isso é importante distinguir entre as técnicas de manejo do uso público e de manejo da área. Segundo Hammitt e Cole (1998), a distinção entre as duas técnicas não é perfeita. Por exemplo, para se manejar a quantidade e a distribuição do uso do visitante, no manejo da área faz-se uso da manipulação do local, como o fechamento ou endurecimento desta área, já no manejo do uso público é mais importante saber de onde e para onde os visitantes vão, sendo um meio mais efetivo de manejar uma área.

De acordo com Cole *et al* (1997), várias opções de manejo devem ser consideradas em relação aos benefícios que elas podem trazer e aos seus custos associados: restringir ou proibir o acesso, mudar o uso e os impactos de uma área para outra ou implantar regulamentos em excesso.

Hammitt e Cole (1998), também citam outros tipos de estratégias para o manejo:

- **Dispersão de uso** - o uso pode ser espalhado, de tal maneira que, as áreas de uso concentrado e a impactadas sejam evitadas;
- **Concentração de uso** - o uso pode ser concentrado no espaço de tal maneira que, somente uma pequena proporção do recurso seja alterada;
- **Tipo de uso** - tipo de uso pode ser manejado de tal maneira que, usos particularmente destrutivos sejam minimizados;
- **Comportamento do visitante** - visitantes podem ser persuadidos a se comportarem de maneira que minimizem o impacto

- **Tempo de uso** - o uso dos visitantes pode ser proibido ou desencorajado durante as estações ou em momentos quando os recursos são particularmente vulneráveis a perturbação;
- **Locação da área** - o uso pode ser dirigido a lugares particularmente duráveis que são capazes de tolerar uso intenso;
- **Endurecimento ou proteção do local** - capacidade do local em tolerar o uso pode ser aumentada tanto pelo seu endurecimento quanto sua proteção contra o impacto.

Segundo Magro e Barros (2004), isso pode gerar alguns conflitos entre o visitante e a unidade de conservação, fazendo com que o uso público seja visto como um grande problema, pois se o aumento dos impactos causados pela recreação, for controlado principalmente através da restrição ao uso, fechamento de áreas e maior regulamentação das atividades, pode gerar conseqüentemente a diminuição das alternativas de atividades disponíveis e a restrição da liberdade do visitante.

Neste sentido, as mesmas autoras acham que são necessárias alternativas e estratégias destinadas a lidar com os impactos que a visitação causa ao meio ambiente, aos processos naturais e à experiência do próprio visitante.

Segundo Watson *et al* (1989) é muito importante o conhecimento sobre os usuários das áreas silvestres para o reconhecimento, tanto dos benefícios como ameaças dessas áreas devido à recreação. A informação do uso e dos usuários também é importante para definir causas e soluções de impacto social e ecológico em áreas silvestres. De acordo com Magro e Barros (2004) deve-se considerar, também que os visitantes variam muito em relação às suas demandas e expectativas que devem ser atendidas e administradas para atingir a compatibilidade entre a conservação e o impacto exercido pela visitação.

As informações sobre os visitantes também podem ajudar aos políticos, gerentes e pesquisadores a entender melhor a distribuição dos benefícios das áreas silvestres entre vários grupos de usuários, o comportamento dos usuários e as causas e soluções potenciais aos impactos sociais e ecológicos causados por visitantes nas áreas silvestres. Em geral, é amplamente defendido que um maior conhecimento das características dos

visitantes aumenta o profissionalismo do manejo das áreas silvestres e pode aumentar a qualidade dos serviços aos visitantes (Watson *et al*, 1989).

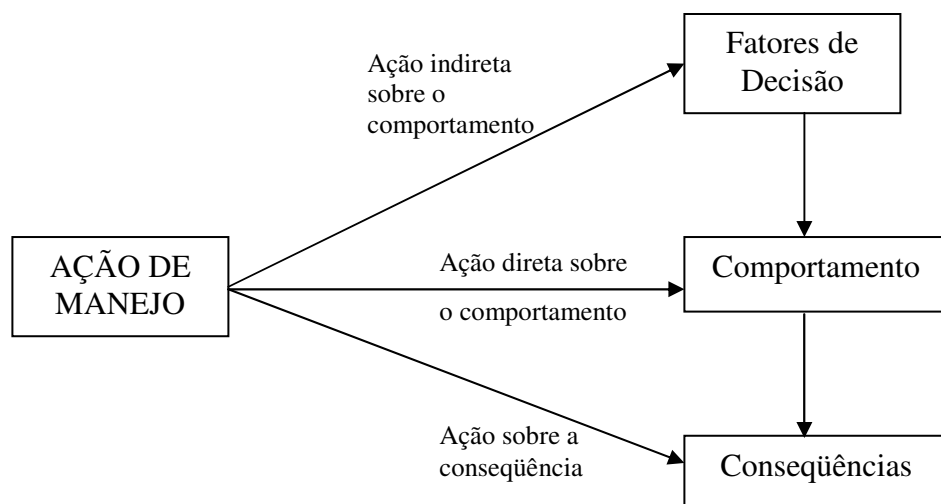
De acordo com Hammitt e Cole (1998), para manejar os visitantes efetivamente, certos tipos de informações são necessários. A mais óbvia é quantas pessoas estão usando a área, também é importante saber como as pessoas estão distribuídas tanto no espaço quanto no tempo. As características do usuário, tais como: meio de transporte, tamanho do grupo e tempo de estadia influenciam nas decisões de manejo. Finalmente, conhecendo as atitudes dos visitantes sobre as condições da área e suas preferências de manejo podem também ajudar no desenvolvimento de um programa de manejo que é sensível aos desejos e as necessidades do visitante.

De acordo com Renard³ citado por Savi (1997), o manejo de recursos naturais e do público deve ter dois objetivos: demonstrar o conhecimento e a importância de envolver o público nas decisões de manejo e de educação, bem como selecionar processos para uma participação ativa do visitante dentro da área protegida. Do ponto de vista do manejo, a participação do visitante deve ser usada para o exercício de cidadania e de responsabilidade de cada pessoa, como um instrumento democrático para garantir a qualidade do ambiente e da vida humana.

No manejo da visitação, é importante prover informações educativas e esclarecedoras que modifiquem comportamentos inadequados (Wallace, 1995), pois a falta de informação e a compreensão são responsáveis por muitos danos culturais e ambientais provocados pelos turistas. Informações simples, aliadas a técnicas de divulgação, podem evitar danos irreversíveis à região e à segurança do próprio visitante (Blangy e Wood, 1993).

Por isso o manejo pode ocorrer em diferentes pontos do sistema comportamental, como mostra a figura 1.

³ RENARD, Y. Extension hacia la comunidad. In: MOORE, A. (editor). Manual para la capacitacion del personal de areas protegidas. Washington: Nacional Park Service. 1993.



Fonte: Takahashi (1997) apud Kinker (2002)

Figura 1 - Ações de manejo

De acordo com Kinker (2002), a figura 1 mostra que o manejo indireto prioriza influenciar ou modificar comportamentos, sendo que os visitantes têm liberdade de escolha. Para Hendee *et al* (1990), os tipos principais de manejo indireto incluem: 1. modelagem física do padrão; 2. uso de informações e educação, 3. exigências de elegibilidade e 4. taxas.

O manejo direto enfatiza as regras de comportamento, ou seja, a escolha individual é restrita, o que significa um maior grau de controle sobre os visitantes (Kinker, 2002). Segundo Hendee *et al* (1990), o manejo direto, de alguma forma, exige menor conhecimento dos visitantes, seu comportamento e provavelmente respostas às ações de manejo em comparação com o manejo indireto.

Kinker (2002) afirma que o terceiro ponto do sistema comportamental onde pode ocorrer o manejo é o menos desejado. Sempre que o visitante não for alvo de uma ação direta ou indireta que conduza seu comportamento, aumentam as chances de o administrador da área ter de agir em razão de um comportamento inadequado do visitante.

A figura 2 mostra as ações utilizadas no manejo direto e indireto, que vão desde sugestões para a mudança do comportamento do visitante, até as ações mais restritivas, como as obrigações.

Manejo direto do visitante		Manejo indireto do visitante			
Obrigações	Regulamentos	Sugestões fortes	Sugestões medianas	Projetos	Educação e informação

Fonte: Hendee *et al* (1999).

Figura 2 - Manejo direto e indireto dos visitantes

Segundo Barros e Dines (2000), as ações de manejo envolvem estratégias variadas e devem adotar uma postura voltada á real integração do visitante aos objetivos de manejo de cada área, levando-se em consideração a acessibilidade, a integração com o ambiente natural e a possibilidade de vivenciar plenamente o ambiente visitado. Trata-se de implementar alternativas para influenciar o comportamento do visitante de maneira positiva.

Para Barros (2003), a educação do visitante é uma ferramenta importante dentro das alternativas de manejo disponíveis quando lidando com certos tipos de problemas. Adicionalmente é preciso mais estudos que identifiquem quais são as informações essenciais que devem ser fornecidas aos visitantes, qual é a melhor forma de agregar e disponibilizar essas informações, como determinar se a educação está produzindo as mudanças de comportamento esperadas e, finalmente, como avaliar o desempenho das diferentes estratégias educacionais em conjunto com as demais estratégias de manejo.

Apesar dos textos relacionados com educação ambiental e interpretação indicarem que um dos objetivos destas atividades é auxiliar no manejo da área, diminuindo os impactos sobre os recursos através do desenvolvimento da consciência e da ética dos visitantes, são poucos os trabalhos que avaliam a importância da interpretação sobre o

comportamento dos visitantes. Littlefair (2004) avaliou a efetividade da interpretação em um Parque Nacional, na Austrália, medindo a redução nos impactos causados por visitantes em trilhas monitoradas. Surpreendentemente, a autora verificou que para impactos como lixo e corte de trilhas, os grupos avaliados não mostraram diferenças entre si. Uma das conclusões mais relevantes se refere ao fato de que a interpretação, somente se mostrou efetiva, como ferramenta de manejo para reduzir os impactos dos visitantes, quando o programa interpretativo enfocava os impactos em si.

De acordo com Hendee (1990), no futuro, o manejo de áreas selvagens deverá salientar mais a educação do visitante e menos os regulamentos. O uso estável ou menos intenso reduz a necessidade de controlar rigorosamente os visitantes. Através da divulgação e compreensão de técnicas de mínimo impacto poderemos aumentar os benefícios destas áreas, sem diminuir a qualidade da experiência dos visitantes. O autor ainda cita que em alguns lugares estes benefícios já são aparentes como: os visitantes deixam menos lixo; os grupos são menores; as barracas utilizadas são verdes ou marrons e não laranja ou azul e assim por diante. Portanto, a ênfase contínua na educação pode melhorar o comportamento do visitante e diminuir a necessidade de regulamentos no futuro.

2.4 Qualidade da experiência do visitante

Segundo Watson e Williams (1995), de certo modo as experiências desejáveis em áreas silvestres ainda não estão bem definidas, pois não apresentam um consenso sobre os benefícios, significados e valores das áreas silvestres, portanto as experiências nas áreas silvestres são pobremente entendidas.

De acordo com Hendee *et al* (1990), nos Estados Unidos, as influencias das condições naturais sobre as experiências estão especificadas na Lei de Áreas silvestres (Wilderness Act), onde claramente salienta as condições naturais necessárias. As três condições que afetarão a maioria dos visitantes são: 1) impactos humanos nas condições ambientais naturais, 2) presença de vida selvagem, 3) processos ecológicos naturais, particularmente incêndios iniciados por raio.

Merigliano (1990), cita que numerosos estudos foram conduzidos para determinar os benefícios psicológicos da experiência em áreas silvestres, buscando caracterizar o que os recreacionistas procuram em viagens feitas nestes locais. A partir destes estudos, foram identificados seis resultados:

- 1. Pressões de escape / solidão**
 - fugir das multidões
 - experienciar paz, rejuvenescimento espiritual
 - refletir sobre valores pessoais
- 2. Proximidade com a Natureza**
 - ver ambientes naturais não-modificadas
 - aprender sobre a natureza
 - observar a beleza na natureza
- 3. Liberdade de escolha**
 - fazer coisas da sua maneira, independência, auto-confiança
 - sentir-se livre das restrições da sociedade
 - sentir-se em controle sobre o ambiente social
- 4. Desafio**
 - desenvolver habilidades
 - descobrir o que você pode fazer
 - aventura
- 5. Intimidade intra-grupo**
 - conhecer melhor os amigos e compartilhar experiências comuns
 - trilhar experiências comuns
 - desenvolver confiança e ligações entre os membros do grupo
- 6. Saúde / exercícios**
 - manter-se em boa forma
 - respirar ar limpo

De acordo com Hendee *et al* (1990), as experiências dos visitantes são fortemente afetadas por outros visitantes e suas ações. Solidão, conflito entre visitantes, alguns comportamentos dos visitantes, são todos elementos de condições sociais relacionadas às

experiências. Os autores ainda afirmam que geralmente, as condições sociais afetam mais as experiências que as condições naturais. Mas além das condições sociais, também temos que considerar outros aspectos como o econômico, cultural, psicológico, físico, faixa etária, entre outros.

Hendee *et al* (1990) opinam que o isolamento é o único grande consenso para proteger as experiências em áreas silvestres, recentemente, algumas pesquisas questionam este argumento (Watson, Williams, Roggenbuck e Daigle, 1992). Em muitos casos parece que enquanto os visitantes dão importância a fugir da multidão em áreas silvestres, eles possivelmente dão maior valor aos aspectos naturais do meio ambiente. Está razoavelmente claro entre as mentes coletivas do público que, as áreas silvestres tem a intenção de providenciar um lugar que é em sua maior parte natural e é esta experiência que os visitantes valorizam, esse aspecto do ambiente selvagem (Glaspell *et al*, 2003).

Glaspell *et al* (2003) indicam que, em geral, os estudos sobre aglomeração nunca tiveram a intenção de identificar a natureza das experiências em áreas naturais e suas influências. No entanto os resultados destes estudos apresentam limitações significativas com respeito ao desenvolvimento de um entendimento mais profundo da natureza ou a qualidade das experiências em áreas naturais. É importante notar que o isolamento é apenas uma das muitas dimensões potenciais das experiências em áreas naturais e que a aglomeração de pessoas pode de fato influenciar outras dimensões de formas complexas (Watson e Roggenbuck, 1998). Mas outras dimensões da experiência também devem ser incluídas, pois são importantes, como por exemplo: primitivismo, sensação de não ter a noção das horas, unidade, reverência e cuidado.

Cole (2001), fez uma pesquisa sobre a relação entre densidade de uso e qualidade de experiência, sendo que o objetivo principal foi responder algumas questões:

“1) A densidade de uso afeta mais a natureza da experiência do que a qualidade da experiência. A maioria dos visitantes prefere áreas silvestres de baixa densidade com números de encontros não frequentes – porém alguns acham que não. Caso encontrem com muitas pessoas – particularmente com mais pessoas do que o

esperado – a maioria dos visitantes é afetada negativamente em sua experiência. Todavia, a magnitude do efeito é pequena. Inclusive em situações de aglomeração, a maioria dos visitantes de áreas silvestres ainda tem experiências de alta qualidade. Devemos concluir que, a densidade de uso tem um efeito pequeno sobre a qualidade das experiências de recreação. Uma das explicações desta conclusão é que devemos ser mais cuidadosos com a nossa terminologia – evitando referências a experiências de maior densidade como experiências de baixa qualidade. O que provavelmente afeta a densidade é a natureza da experiência – como é a experiência. Uma visita durante a qual a interação social é contínua é diferente de uma na qual não há interação com outros grupos.”

“2) Decisões apropriadas sobre o limite de uso requerem decisões favoráveis sobre o tipo de experiência de recreação. Estas decisões são melhor articuladas em argumentos sobre condições apropriadas e em padrões para estabelecer atributos – para a densidade ou para variáveis relacionadas com a densidade. Para estabelecer a capacidade de carga social é importante (1) decidir que tipo de experiência de recreação oferecer; (2) definir esta experiência com especificidade, usando parâmetros como o número de encontros apropriados, e (3) decidir quem deve tomar estas decisões (quem são os grupos relevantes). As decisões sobre os limites de uso feitas em áreas individualmente, aumentarão as experiências de alguns e eliminarão oportunidades para outros. Alguns dos critérios que devem ser usados quando se tomam estas decisões incluem uma preocupação com igualdade e consideração de benefícios agregados, ambos dos quais estão melhor considerados dentro de um contexto de sistema” .

Segundo Hendee *et al* (1990) para um manejo mais efetivo das áreas silvestres, protegendo as condições ambientais e proporcionando oportunidades para as experiências, são necessários dados adequados sobre os visitantes e os recursos, que atualmente são de baixa qualidade ou estão completamente ausentes.

2.5 Seleção de indicadores

De acordo com Glaspell (2003), a identificação de influências significativas na qualidade de experiências dos visitantes e a seleção de indicadores apropriados é o grande desafio dos administradores das áreas silvestres. Geralmente, os administradores têm pouco conhecimento de quais indicadores são mais significativos para as respectivas áreas. Como resultado, a escolha é feita somente porque os indicadores já foram utilizados em outros lugares e não por serem apropriados e nem por demonstrarem a relação entre as condições sociais e a expectativa do visitante.

Segundo Merigliano (1990), os indicadores podem ser vistos como meio de reduzir uma grande quantidade de informação de maneira simples enquanto retém informação necessária para tomar decisões. Os indicadores podem ser usados para apresentar informações de forma compreensível que seja facilmente comunicada, servindo como uma ferramenta para examinar tendências e salientar problemas e agir como um sistema de aviso precoce para prever condições futuras. Desta forma, por exemplo, o número de grupos acampados dentro do local ou o som de cada indivíduo pode ser usado para refletir a qualidade da experiência.

Os indicadores são parâmetros específicos que podem ser monitorados para avaliar o sucesso dos programas de manejo, e devem contemplar todos os impactos causados pelo uso público (Cole, 1994).

Para Merigliano (1990) nenhum indicador constitui uma medida real da qualidade geral da experiência de área silvestre, então os administradores precisarão selecionar um grupo de indicadores complementares para testar adequadamente a qualidade geral. Graefe *et al* (1990) também colocam que é importante reconhecer que não há um único indicador ou um conjunto de indicadores apropriados para todas as situações. A escolha depende do tipo de impacto em questão e de características particulares do local.

Para a escolha de indicadores potenciais de qualidade, Manning e Lime (2000), fizeram um estudo apontando e determinando as principais variáveis para definir a qualidade da experiência recreacional. Por exemplo, as preferências dos visitantes pelos atributos do lugar, aglomeração e encontro com outros visitantes, motivações por

recreação e conflito com outros tipos de usuários sugerem indicadores potenciais de qualidade. Este estudo concluiu que:

- 1) Os indicadores potenciais de qualidade podem ter uma ampla variação;
- 2) Os resultados de estudos sugerem que muitos indicadores potenciais de qualidade são avaliados pelo menos definindo a qualidade da experiência da recreação;
- 3) A maioria dos estudos sobre indicadores de qualidade encontrou algumas variáveis mais importantes que outras, por exemplo, lixo e outros indicadores de impacto de uso parecem ser universalmente importantes;
- 4) Visitantes de áreas silvestres ou áreas naturais podem geralmente ser mais sensíveis a alguma variedade de indicadores potenciais de qualidade do que visitantes de áreas mais utilizadas ou desenvolvidas; e
- 5) Para áreas de camping localizados em áreas silvestres, indicadores sociais de qualidade podem ser geralmente mais importantes que os indicadores ecológicos.

De acordo com Merigliano (1990), alguns critérios que refletem propriedades importantes podem ajudar os administradores a selecionar os melhores indicadores. Para Manning (2000), estes critérios podem ser utilizados para facilitar a compreensão do papel dos indicadores, os padrões de qualidade e para ajudar a avaliar e selecionar possíveis indicadores.

A tabela 1 é uma atualização da tabela elaborada por Passold (2002) e apresenta um conjunto de critérios que podem ser utilizados para guiar a seleção dos indicadores, de acordo com várias fontes, Graefe *et al* (1990), Merigliano (1990), MMA/SIMBIO (1999), Krumpe (2000) e Manning (2000). Estes critérios poderiam ser ponderados em termos de importância para os administradores selecionarem os indicadores para uma determinada área.

Honey (1999) em seu livro sobre ecoturismo descreve algumas características que considera importante nesta prática, utilizando-as como possíveis indicadores de sustentabilidade para avaliar o impacto deste tipo de turismo em lugares, onde o ecoturismo já está estabelecido, como Ilhas Galápagos, Costa Rica, Cuba, Tanzânia,

Zanzibar, Kenia e Sul da África. As características utilizadas por Honey (1999) para definir uma atividade com “ecoturismo” foram:

1. O atrativo principal é a natureza conservada;
2. Produz mínimo impacto no meio ambiente natural e cultural;
3. Infra-estrutura ambientalmente correta - utilização de fontes de energia renováveis, materiais reciclados/ recicláveis, destinação adequada de lixo e esgoto, arquitetura ambiental e culturalmente adequada;
4. Desperta e sensibiliza o turista e a comunidade local, a fim de formar uma consciência ambientalista;
5. Promove benefícios diretos e indiretos para a conservação das áreas visitadas;
6. Promove benefícios econômicos e o fortalecimento das comunidades locais; e
7. Promove/ estimula o respeito pelas comunidades locais.

Segundo Merigliano (1990), os administradores deveriam usar esta lista de indicadores potenciais somente como um ponto de partida. Os melhores indicadores serão aqueles que são específicos para cada área. Isto requer uma compreensão dos atributos específicos que inserem os visitantes numa determinada área silvestre. Indicadores que refletem a habilidade da área em fornecer aos visitantes a oportunidade de se sentirem próximos à natureza e ver ambientes naturais não modificados incluem:

- Número de locais de *camping* acima de um índice de impacto aceitável;
- Porcentagem de visitantes que relatam terem visto animais selvagens;
- Condição e tendência da área;
- Quantidade de lixo - número de porções de lixo por local de *camping* ou por área de trilha; peso de lixo coletado em cada época;
- Número de estruturas criadas pelos administradores.

Ainda a mesma autora ressalta que indicadores que incorporam a percepção do visitante, como aglomeração e satisfação, não refletem necessariamente a experiência do visitante, mas sim sua percepção com relação à experiência que ele passou.

Desta forma, mais pesquisa é necessária para avaliar os indicadores em várias unidades de conservação e determinar quais indicadores realmente fornecem aos administradores as melhores informações. Mas, somente através da implementação do programa de monitoramento em muitas áreas silvestres é que começaremos a aprender como as atividades humanas causam impactos na experiência de recreação (Merigliano, 1990).

Tabela 1. Critérios para seleção de indicadores

Manning (2000)	Krumpe (2000)	SIMBIO (1999)	Graefe (1990)	Merigliano (1990)
Padrões devem ser expressos em termos quantitativos	Capaz de alertar com antecedência a condição de degradação inaceitável	Barato	Diretamente observável	Quantitativo - pode ser medido
	Detecta mudanças que persistem por longos períodos	Informação disponível e concentrada	Fácil de medir	Correlação - se o indicador detecta mudança nas condições da área causadas por atividades humanas
Espaço de tempo limitado (por dia, por noite, por percurso) para expressar padrões de distribuição do uso recreacional	Reflete outras condições relacionadas ao impacto	Simple	Relacionado aos objetivos da área	Executável - pode ser medido usando equipamentos e técnicas simples
	Distingue se a mudança foi causada pelo uso recreacional ou por condições naturais	Rigorosamente definido	Relacionado ao uso público	Confiável - pode ser medido confiavelmente por diferentes observadores
Padrão deve incluir a probabilidade de que as condições estabelecidas sejam alcançadas (não mais de 3 encontros de grupos por dia durante 80% da temporada de verão)	Pode ser medido por diferentes observadores que receberam treinamento	Padronizado	Responde ao manejo	Significativo – detecta uma mudança que persiste por longo tempo, interrompe o funcionamento do ecossistema ou reduz a qualidade da visita.
	Responde ao manejo	Orientado para o manejo objetivo		Sensíveis - detecta mudanças nas condições dentro de um ano
	Pode ser medido quantitativamente	Não ambíguo		Integração – reflete as condições gerais mais do que ele mesmo
	Sensível à mudanças que ocorrem no período de um ano	Disponível em tempo oportuno		Responsivo - detecta mudanças nas condições que respondem ao manejo
	Pode ser medido com equipamentos e técnicas de amostragem simples			Capacidade de prever com antecedência - indica mudanças antes que elas se tornem inaceitáveis

Fonte: Passold (2002) – adaptação

2.6 Percepção em áreas naturais

Nos estudos das relações ser humano e ambiente, a investigação da percepção contribui para uma utilização mais racional dos recursos ambientais, o que possibilita uma relação harmônica dos conhecimentos locais, do interior, com conhecimentos do exterior, enquanto instrumento educativo e agente de transformação (Santos *et al*, 1996).

De acordo com Maroti e Santos (1997), uma das dificuldades para proteção dos ecossistemas naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas no plano social desses ambientes.

Esta é uma realidade preocupante, principalmente no manejo de áreas naturais, porque às vezes, os visitantes vêem os problemas de áreas silvestres de maneira diferente dos administradores (Hendee and Harris⁴; Peterson⁵ citados por Hendee *et al* (1990)).

Christensen e Davis (1985) observaram que, no geral, os administradores tem maior percepção dos problemas causados pelo uso excessivo das áreas de visitação, que pode estar relacionada à experiência adquirida, fazendo com que, de forma geral os administradores vejam os usuários de forma negativa.

De acordo com Hendee *et al* (1990), os administradores precisam estar cientes disto quando definirem problemas e procurar soluções; tentar mudar o comportamento do visitante é muito difícil em qualquer momento, mas isto se torna quase impossível, quando os visitantes não percebem os impactos de uma área, não importando que os administradores achem estas alterações não desejáveis.

Ainda o mesmo autor afirma que quando as percepções dos problemas pelos administradores e visitantes divergem amplamente, os administradores precisam reconsiderar suas idéias sobre a natureza e a importância da condição que eles vêem diferentemente dos visitantes. Se eles estão convictos de que o problema é importante,

⁴ HENDEE, J.C.; HARRIS, R.W. Forester's perception of wilderness-user attitudes and preferences. **Journal of Forestry**. v.68, n.12, p.759-762, 1970.

⁵ PETERSON, G.L. A comparison of the sentiments and perceptions of wilderness managers and canoeists in the Boundary Waters Canoe Area. **Journal of leisure research**, v.6, n.3, p. 194-206, 1974.

eles precisam educar os visitantes a compartilhar esta visão. As percepções amplamente divergentes reduzirão tanto o consentimento com os regulamentos quanto as respostas desejadas à educação e informações utilizadas para alterar o comportamento.

De acordo com Manning (1986), poucos estudos têm se preocupado com a percepção dos visitantes em relação aos impactos causados pelo uso recreativo e, nestes trabalhos, constatou-se que a percepção dos visitantes, de um modo geral, é limitada, com a única exceção relacionada ao lixo. Entre estes estudos de percepção, poucos mostram relação entre a satisfação do visitante e a quantidade do impacto (Lucas, 1985).

Urry (1999) destaca que o olhar do turista (que no caso de unidades de conservação chamamos de visitante) tem uma variação histórica e sociológica e apresenta algumas características mínimas. Uma delas, que tem relação direta com o trabalho desenvolvido no Parque Estadual da Ilha Anchieta é que: “Os lugares são escolhidos para serem contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não turísticas, tais como o cinema e a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos, que constroem e reforçam o olhar”.

Em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção freqüentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente (Tuan, 1980).

Segundo o mesmo autor, a avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estranho. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. Obviamente, o julgamento do visitante é muitas vezes válido. Sua principal contribuição é a perspectiva nova, o visitante, freqüentemente, é capaz de perceber méritos e defeitos, em um meio ambiente, que não são mais visíveis para o residente.

Segundo Hendee *et al.* (1990) muitos visitantes não observam as alterações ecológicas e também não consideram estas alterações como danos. Além disso, a

maioria dos visitantes não muda seu comportamento ou tem uma experiência menos satisfatória por causa do dano.

Takahashi (1998), afirma que a presença de outros visitantes nas proximidades pode influenciar direta ou indiretamente a percepção de qualidade da experiência das pessoas. Quando a taxa de encontros entre grupos aumenta, os usuários tendem a sentir-se numa multidão e menos satisfeitos. Esta sensação pode ocorrer quando o número, o comportamento ou a proximidade com outros indivíduos interfere com os objetivos psicológicos dos recreacionistas.

Segundo Magro *et al* (1997), nem sempre o número de pessoas altera a qualidade da experiência, mas sim as atividades e o comportamento dos visitantes. No estudo desenvolvido por estes autores sobre percepção de congestionamento na área de uso público, verificou-se que o barulho produzido em cenas com 5 ou 8 pessoas chegou a incomodar mais as pessoas do que quando o local tinha 27 pessoas. Para Graefe *et al* (1990), as respostas sobre a quantidade de uso variam de acordo com o tipo de atividade e o comportamento dos usuários nos encontros. Por exemplo, um visitante pode ser tolerante ao encontrar com pessoas que caminham nas trilhas e extremamente intolerante ao contato com pessoas a cavalo.

De acordo com Stankey (1973), a percepção, por sua vez, trata de um julgamento de valor sobre o que é adequado ou aceitável e depende das expectativas dos visitantes. Mas nem sempre o que é aceitável, é adequado ou vice-versa, dependendo de vários fatores, como cita Stankey (1973), fatores como: o tipo e quantidade de experiência anterior, informações prévias, grupo social, estado emocional e o próprio ambiente. Além destes fatores, também devemos considerar o gênero, faixa etária e cultura porque podem afetar diretamente na percepção e na experiência ambiental.

Takahashi (1998) fala sobre a importância de analisar a preferência e a percepção dos visitantes em relação às condições ecológicas e recreativas de cada área, no fato de avaliar se os frequentadores das unidades em questão são capazes de perceber os impactos do uso recreativo, de modo a contribuir no planejamento e monitoramento da qualidade do ambiente e da experiência do visitante.

Para o manejo mais efetivo da área deve-se levar em consideração o grau de percepção da natureza tanto dos visitantes como dos administradores destas áreas, a ponderação dessas visões pode levar a compreensão diferenciada dos problemas ambientais, facilitando o manejo das áreas e mantendo a qualidade da experiência dos visitantes.

2.7 O ser humano, cultura e natureza

Historicamente, o homem passa por várias fases em sua forma de se relacionar com a natureza. A princípio a considerava como a totalidade de tudo o que existia. Depois quis imitá-la em seus processos, mas com o objetivo de conseguir dominá-la e, conseqüentemente, destruí-la. E atualmente, emerge a necessidade de retornar à primeira, pois necessita reconstruir a natureza perdida (Bornheim, 1990).

No passado, o homem era um ser natural, um animal – ele pertencia à natureza. Só que houve a ruptura, que segundo Bornheim (1993), transformou o homem-natureza em homem-máquina.

Nos anos 70, a relação entre homem e meio ambiente natural começou a ser repensada. Na verdade, uma mudança de valores vem, desde aquela época, sendo acelerada por fatos que afetam diretamente o dia-a-dia das pessoas e sobre os quais elas não têm controle, como, por exemplo, as mudanças climáticas (Kinker, 2002). Esta mesma autora conclui que há uma clara desilusão e percepção da inadequação em relação ao modo convencional e antropocêntrico, os maus-tratos ao meio ambiente, a exploração inadequada dos recursos, a alteração e a contaminação em todos os aspectos são resultados da idéia de que a natureza pertence ao homem.

Uma reação do século XX frente às transformações humanas produzidas pelo advento do urbanismo, foi a brutal separação do homem com a terra, resultando em alienação. Esta última parece ser conseqüência em parte da diminuição da qualidade das relações homem-natureza e em parte simplesmente ao aumento do número de indivíduos do planeta (Simmons, 1982).

O homem contempla o mundo que o rodeia através das visões da cultura e, através da dominação, a natureza tende a ser transformada em recursos (Simmons, 1982). Ainda este mesmo autor coloca que, elementos como valores, conduta e tecnologia se fundem para dar lugar à cultura que é enormemente variada, porém distinta para cada tempo e lugar. Para algumas pessoas a natureza é vista como uma forma de contemplação e para outras como utilidade. A decisão de se devemos ou não agir sobre o meio ambiente, constitui um processo muito complexo, pois envolve um conjunto obscuro de valores pré-determinados, como experiência, fantasia, imaginação e outros fatores intangíveis derivados de origem tanto irracional como racional (Simmons, 1982).

De acordo com Lowenthal (1982), cada imagem e idéia sobre o mundo são compostas, então, de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória. Tuan (1982) conclui que, essa leitura de mundo, se não é derivada de uma cultura, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo. Os lugares em que vivemos, aqueles que visitamos e percorremos, os mundos sobre os quais lemos e vemos em trabalhos de arte, e os domínios da imaginação e de cada fantasia contribuem para as nossas imagens da natureza e do homem (Lowenthal, 1982).

Ainda o mesmo autor afirma que as avaliações sobre as visões de mundo são afetadas profundamente pela sociedade e pela cultura, onde cada sistema social organiza o mundo de acordo com sua estrutura e exigências particulares; cada cultura filtra a percepção do meio ambiente em harmonia com seu estilo e técnicas particulares.

De acordo com Tuan (1980), os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza”.

A cultura serve para demarcar o processo simbólico, por meio do qual, a humanidade se diferencia da animalidade e da natureza, este conceito seria a diferença capital entre homens e bichos (Da Matta, 1999). Nesse nível, humanidade e cultura são dois elementos indissolúvelmente ligados. Nela, a cultura significa a capacidade de simbolizar.

Segundo Bornheim (1993), sem natureza não pode haver cultura, e sem cultura não existe condição humana. Portanto, natureza e cultura, são dois termos de uma mesma

equação, dois elementos indissolivelmente ligados onde se afetam reciprocamente (Da Matta, 1999). Seria como, por exemplo, a de um diálogo permanente, uma relação de mão-dupla em que um lado interage com o outro e vice-versa. De acordo com Marx⁶, o homem humaniza a natureza e a natureza naturaliza o homem.

Para Lowenthal (1982), os meios ambientes particulares divergem entre pessoas em culturas diferentes, entre indivíduos dentre de um grupo social, e para a mesma pessoa, como criança e como adulto, em diversos tempos e lugares, e em costume variados. Delgado⁷ citado pelo mesmo autor conclui que “a vida de cada indivíduo constitui uma experiência perceptiva original e irreversível”.

Cada percepção tende a ser seletiva, criativa, fugaz, inexata, generalizada, estereotipada e, justamente porque imprecisa, as impressões parcialmente errôneas sobre o mundo em geral sempre são mais convenientes do que os detalhes exatos a propósito de um pequeno segmento do mundo (Lowenthal, 1982).

A imagem do meio ambiente, como afirma Boulding⁸ citado por Lowenthal (1982), “é construída como resultado de toda a experiência passada do possuidor da imagem. Parte da imagem é a história da própria imagem”. Por isso somos prisioneiros até mesmo de nossas histórias adultas (Lowenthal, 1982).

Em resumo, a percepção essencial do mundo abrange toda maneira de olhá-lo: consciente e inconsciente, nublado e distintamente, objetivo e subjetivo, inadvertido e deliberado, literal e esquemático. Sendo que, a experiência do mundo mais simples e direta é composta de percepção, memória, lógica e fé (Lowenthal, 1982).

2.8 Parque Estadual da Ilha Anchieta

2.8.1 Aspectos históricos da Ilha Anchieta

A Ilha onde é hoje o Parque Estadual de Ilha Anchieta foi palco do maior motim na história de fugas e levantes do país (Robim, 1999), por isso é importante salientar este

⁶ Palestra proferida no Curso de Especialização de Educação Ambiental e Práticas Educacionais, 2001.

⁷ Delgado, “A possible model for ideas”, p. 255.

⁸ Boulding, The image, p.6.

aspecto histórico e histórico-arquitetônico da Ilha Anchieta, para entendermos melhor a importância do parque dentro deste contexto, faremos um breve histórico deste lugar.

O primeiro dono da Ilha que se tem conhecimento foi o Cacique Cunhanbebe, o mais poderoso dos chefes da Nação Tupinambá. Nessa época, a Ilha era conhecida como a Tapera Cunhambebe e na língua dos índios por Pô-Quâ, que quer dizer pontuda, por se referir as duas montanhas de seus extremos: Morro do Papagaio e Morro do Farol. Algumas pessoas, também, diziam que a Ilha Anchieta era chamada de “Ilha dos Porcos”, porque seus moradores criavam muitos destes animais e, após abatê-los para alimentação, atiravam suas miudezas no “Boqueirão” para atrair tubarões (Oliveira, 2000).

De acordo com Robim (1999), entre os séculos XVI e XVIII, a Ilha dos Porcos foi ponto de parada de navios na rota comercial litorânea de São Paulo, devido a baía das Palmas, que com sua enseada protegida e profundidade adequada para ancoragem, proporcionou abrigo a inúmeros barcos que passavam pela região de Ubatuba, conhecido porto do litoral paulista.

Oliveira (2000) em seu livro “Ilha Anchieta: Rebelião, Fatos e Lendas” faz uma retrospectiva histórica sobre a Ilha Anchieta.

- **A partir de 1800** - a Ilha Anchieta abrigou um Destacamento do Exército português com a provável finalidade de garantir a posse da terra.
- **1850** - criada uma Base da Marinha Inglesa para combater o tráfico de escravos negros.
- **1855** - criada a Freguesia do Senhor Bom Jesus da Ilha dos Porcos.
- **1904** - começa a construção da Colônia Correccional, com o projeto do renomado arquiteto Ramos de Azevedo, destinada a recolher os “homens considerados vadios”.
- **1908** - inaugurada a Colônia Correccional do Porto das Palmas.
- **1914** - a colônia é desativada devido à manutenção difícil e dispendiosa.
- **1926** - o governo paulista sem saber o que fazer com dois mil imigrantes, colonos russos, enviou-os para a Ilha dos Porcos, depois de expulsar os “caiçaras”, nativos, descendentes de índios e brancos que ocupavam a Ilha.

- **1930** - visando transformar as instalações em Presídio Político para recolher os oponentes do Governo Vargas, as edificações passaram por uma reforma. Mais tarde, os prisioneiros políticos acabaram protestando e foram encaminhados para a Penitenciária de Taubaté, enquanto que os presos comuns foram obrigados a cederem suas vagas e acabaram sendo transferidos para a Ilha, que voltou a ser presídio para todo tipo de prisioneiro.
- **1934** - no dia 19 de março, em comemoração ao quarto centenário do nascimento do Padre José de Anchieta, seu nome foi dado à Ilha que passou a ser chamada de Ilha Anchieta.
- **1952** - no dia 20 de junho, a Ilha foi palco da maior Rebelião de presos daquela época, o maior motim na história de fugas e levantes do país, provocando muitas mortes e a queima de grande parte dos arquivos, de instalações e de móveis.
- **1952 a 1955** - a Ilha sediou um Fórum, com juiz, promotor e 20 advogados, com a finalidade de julgarem os capturados.
- **1955** - o presídio foi extinto pelo Decreto no. 24.906, de 03 de setembro, assinado pelo Governador Jânio Quadros (Robim, 1999).

2.8.2 Características da visitação

O fato de o PEIA ser uma ilha pouco distante do continente possibilita visitas que podem ser feitas em um dia ou mesmo em um dos períodos (manhã ou tarde). Assim o fluxo de visitantes nos finais de semana pode ser intenso. De acordo com Robim (1999), a maioria das áreas naturais protegidas tem sua visitação concentrada em um período do ano, meses e alguns períodos do dia. No caso do Parque Estadual da Ilha Anchieta, a visitação se concentra na alta temporada de verão (dezembro, janeiro e fevereiro), tendo em janeiro o maior índice, conforme a Tabela 2, que mostra uma média mensal de 18.065 visitantes. Provavelmente estes visitantes vão a procura do turismo de lazer-natureza, neste caso “sol e praia”.

Um estudo realizado pela Universidade Anhembi Morumbi (2003) fez uma projeção da demanda para os próximos anos (Tabela 2), onde a tendência é o aumento da visitação, estimando-se que o crescimento médio da visitação na Ilha seja de 16,27% ao ano.

Tabela 2. Número de visitantes no Parque Estadual da Ilha Anchieta, período de 2000 a 2003 e projeção da demanda de visitação entre 2004 e 2007. (Fonte: Administração do PEIA)

	2000	2001	2002	2003	Média mensal
JAN	17730	28383	22886	29385	18.065
FEV	6987	13499	13882	9057	8.832
MAR	7895	5976	9286	12410	5.145
ABR	5279	5407	4855	6003	3.553
MAI	1470	684	2751	1443	1.426
JUN	1602	1574	1532	803	1.015
JUL	2061	2376	3285	2041	2.308
AGO	918	1634	1937	822	1.163
SET	1739	2185	1622	684	1.613
OUT	4145	3267	5144	3336	2.998
NOV	4301	4001	6723	3428	3.598
DEZ	8534	9007	13369	8780	7.574
TOTAL/ ANO	62.661	77.993	87.272	78.162	
MÉDIA/ ANO	5.222	6.499	7.273	6.516	

Projeção da Demanda/ Ano	2004	2005	2006	2007
	117.980	137.175	159.494	185.444

Fonte: Administração do PEIA

Se esta tendência se confirmar, problemas associados ao número de visitantes, como disponibilidade de infra-estrutura para atender à demanda poderão aumentar. Impactos sobre o ambiente, decorrentes também do aumento da demanda, terão reflexos nas áreas de uso público e na qualidade da experiência do visitante. Para tanto deverão ser tomadas medidas de prevenção para minimizar estes efeitos. Uma estratégia utilizada pela administração do PEIA foi o controle do número de visitantes, estipulando-se como número ideal 1.020 visitantes por dia e a forma de abordagem para o público tem sido

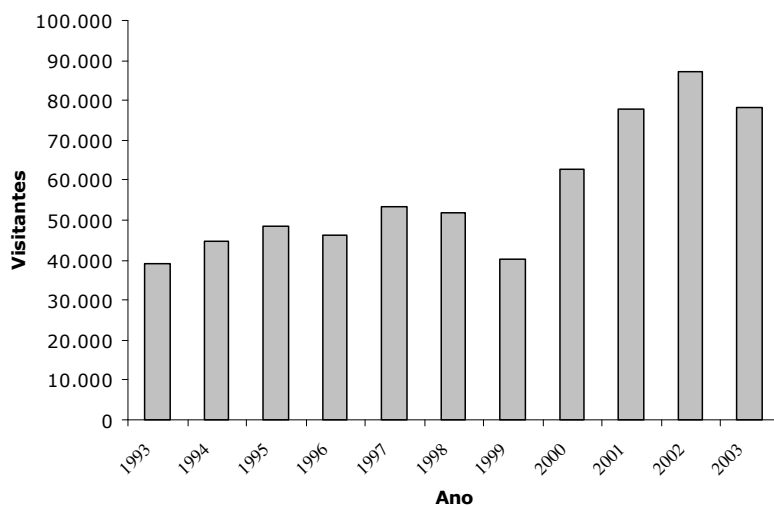
efetuada através da divulgação em painel e junto às empresas turísticas que levam turistas para a Ilha .

Outra forma de controle, adotada nos horários de pico de visitação que se concentra entre 12h00 e 15h00, foi a obrigatoriedade de espaçar o desembarque das escunas com um tempo mínimo de 10 minutos. Assim, cada escuna precisa esperar para atracar no píer e desembarcar os passageiros até que os monitores terminarem de recepcionar e os visitantes com informações básicas de conduta, oportunidades e da história local.

A visitação no PEIA teve um crescimento considerável a partir de 2000 (Figura 3), após as reformas realizadas na infra-estrutura do parque.

Estas reformas foram de grande importância para atender o aumento da demanda de visitantes, pois priorizaram a melhoria da infra-estrutura de recepção ao turista, como o píer para embarque e desembarque, o prédio frontal do presídio que abriga a sala de exposição, o auditório, a loja de souvenirs, o laboratório, a sala de técnicos e os sanitários e alojamentos, bem como a construção de um bar e restaurante (Robim, 1999).

Observou-se, também, que no ano de 2003 a visitação ao PEIA teve uma ligeira queda se comparada com o ano anterior. Não sabemos de fato porque isso ocorreu, mas pode ter sido devido à saída do Projeto Tamar, que antes tinha uma base de estudos na área do Parque.



Fonte: Administração do PEIA

(*) O PEIA ficou fechado a visitação de 01 de maio de 1998 a 22 de janeiro de 1999 para reformas.

Figura 3 - Distribuição anual do número de visitantes do Parque Estadual da Ilha Anchieta, no período de 1993 a 2003

2.8.3 Perfil do visitante

A descrição do perfil do visitante do PEIA foi feita de acordo com estudos realizados por Magro *et al* (1990) e Robim (1999). Quase uma década separa estes dois estudos e os dados relevam que o padrão geral do perfil do visitante não passou por grandes alterações.

Conforme Robim (1999), o público está bem dividido entre os sexos masculino e feminino, predominando o sexo masculino. A faixa etária mais freqüente é entre 26 a 50 anos. Em relação ao grau de escolaridade, 53% dos entrevistados possuem nível superior em diversas áreas.

A maioria do público que visita o parque é do Estado de São Paulo (84,17%) (Magro *et al*, 1990) e geralmente eles estão acompanhados por familiares (55,4%), amigos (26,3%), namorado (11,3%) ou só (3,9%) (Robim, 1999).

Com relação ao tipo de embarcação utilizada, a maioria citou a escuna (81%) como meio de transporte mais utilizado, seguido de lancha (16%) e apenas 3% citaram

veleiros. Dentre os entrevistados, apenas 12% possuíam embarcações próprias (Robim, 1999).

Quanto à preferência do público, a Tabela 3 mostra o que o visitante mais gostou e o que menos gostou no parque (Robim, 1999). O primeiro lugar na preferência do público são as tartarugas marinhas do Projeto TAMAR. O fato do TAMAR ter retirado sua base do PEIA, gerou alguns problemas de insatisfação do público, uma vez que alguns visitantes, ainda procuram a Ilha Anchieta motivados pela oportunidade de ver e ter contato com as tartarugas marinhas que ficavam em tanques ao lado do prédio do presídio.

Tabela 3. Preferência dos visitantes

OPINIÃO DOS VISITANTES	% RESPOSTAS
Mais gostou	
TAMAR	28,04
Presídio – História	23,31
Natureza	16,39
Praias	14,96
Tudo	8,11
Outros	9,19
Menos gostou	
Nada	41,07
Falta de conservação do Patrimônio	14,29
Falta de infra-estrutura	12,24
Comportamento do turista	7,40
Museu do lixo	2,30
Outros	22,70

Fonte: Robim (1999)

De acordo com Magro *et al* (1990), alguns itens factíveis de serem implantados num Parque foram citados pelos visitantes, pode-se observar que alguns itens citados como importantes já foram implantados no local, como Centro de visitantes, sanitários e lanchonete.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Caracterização geral da área de estudo

O Parque Estadual da Ilha Anchieta localiza-se no Litoral Norte do Estado de São Paulo, entre as coordenadas geográficas de 23° 31' e 23° 34' de latitude Sul e 45° 02' e 45° 05' de longitude Oeste de Greenwich, na costa do município de Ubatuba (Figura 4). Este parque abrange toda extensão da ilha, 828 hectares, e é administrado pelo Instituto Florestal, órgão da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

Seu acesso principal é pela Enseada das Palmas, que dista 4,3 milhas náuticas (8 km) a partir do Píer do Saco da Ribeira, Baía do Flamengo no Continente, percurso que demora em torno de 30 a 50 minutos (Guillaumon *et al*, 1989).

De acordo com Robim (1999), a Ilha Anchieta ficou praticamente abandonada até o ano de 1977, quando foi transformada em Parque Estadual pelo Governador Paulo Egydio Martins, através do Decreto 9629 de 20 de março de 1977, tornando-se o Parque Estadual da Ilha Anchieta – PEIA. Conforme o regulamento dos Parques Estaduais Paulistas, Decreto no. 25341/1986 (São Paulo. Leis, decretos, etc., 1986b) são considerados Parques Estaduais: “Áreas geográficas delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas a condições de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo”.

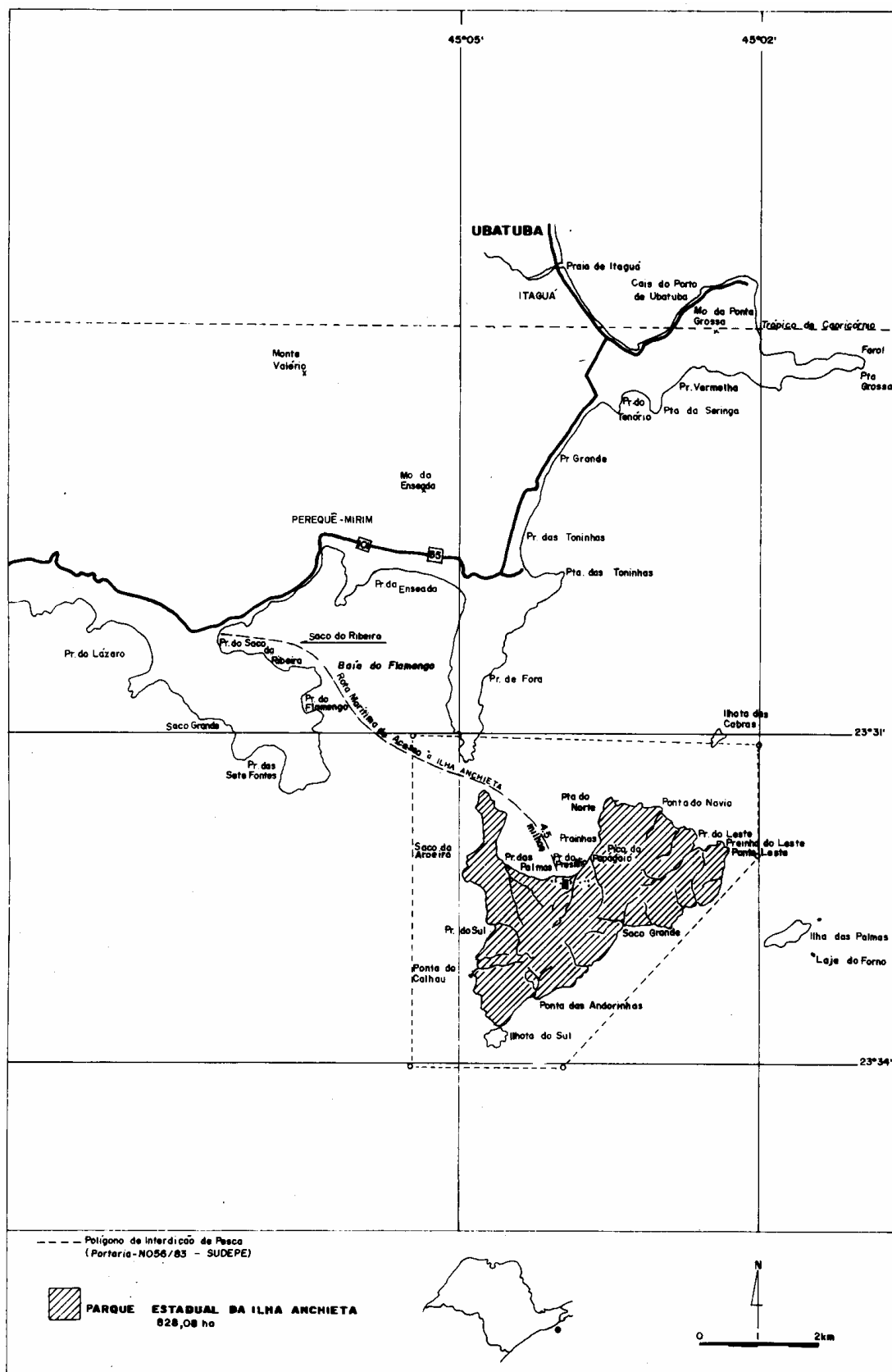


Figura 4 - Localização do Parque Estadual da Ilha Anchieta (Fonte:Guillaumon *et al* (1989))

3.1.1 Clima e geomorfologia

De acordo com Guillaumon *et al* (1989), a distribuição da temperatura média do ano na região, apresenta um índice elevado, pois a forte influência marítima anula quase completamente a influência da latitude, sendo sua variação de apenas 2° C, isto é, de 22° a 24° C. O mês mais quente é janeiro, sendo comum que a média das máximas se situe entre 30° e 33° C, por outro lado, o mês mais frio normalmente é junho, podendo também ser julho. A mínima absoluta verificada situa-se entre 4° e 8° C. O clima é Tropical Úmido com uma precipitação total anual média de 2.104 mm e umidade relativa média de 84,8%.

A Ilha Anchieta situa-se, segundo a divisão geomorfológica do Estado de São Paulo proposta por Almeida⁹ citado por Guillaumon *et al* (1989) dentro da Província Costeira, que se subdivide em duas zonas: uma montanhosa, a Serrania Costeira e outra de planície, as Baixadas de Paranapiacaba e a Serra do Mar.

Segundo Guillaumon *et al* (1989), a gênese da Ilha Anchieta está intimamente relacionada à da escarpa da Serra do Mar. A geomorfogênese deste setor do território paulista é de idade pós-cretácea, vinculada ao tectonismo quebrantável que afetou o escudo brasileiro através de falhamentos e flexuras monoclinais paralelas à costa.

Assim como todas as ilhas do litoral paulista, sua origem é análoga à da Serra do Mar, razão por que apresenta litologia semelhante, com predomínio de granitos e migmatitos, além de diques e falhas, que são condicionantes de sua forma atual. Grande parte da ilha é bordada por costões rochosos, limitando a área de planície a um setor localizado na Baía das Palmas, ao norte (Carvalho *et al*, 2000).

De acordo com Guillaumon *et al* (1989), a topografia da Ilha é montanhosa com relevo bastante acidentado, predominando declividades superiores a 24°. As declividades inferiores a 6° prevalecem, principalmente, junto às praias das Palmas e do Presídio. As declividades intermediárias ocupam setores pouco expressivos, correspondendo aos fundos de vale e aos topos aplainados.

⁹ ALMEIDA, F.F.M. **Fundamentos geológicos do relevo paulista**. São Paulo: IG/USP, 1974. 102p. (Série teses e monografias, 14).

O vale principal, a leste do Presídio, divide a Ilha em dois setores montanhosos (Figura 5): o setentrional, com altitude máxima de 339 m onde fica o Pico do Papagaio e o meridional, com 319 m no Morro do Farol. As altitudes inferiores a 25 m envolvem toda a Ilha, correspondendo aos costões rochosos e às pequenas praias. Nas praias das Palmas e do Presídio destacam-se áreas expressivas com altitudes inferiores a 5 m em virtude do maior desenvolvimento da planície costeira (Guillaumon *et al*, 1989).



Fonte: http://www.litoralvirtual.com.br/mapas/litoral1_19.htm

Figura 5 – A Ilha Anchieta é dividida em dois setores montanhosos com altitude máxima de 339 m no setor setentrional.

3.1.2 Vegetação

A Ilha Anchieta teve sua cobertura vegetal bastante alterada em função das diferentes fases de sua ocupação. No último período, quando foi utilizada como presídio, parte significativa de sua vegetação foi destruída para o fornecimento de lenha,

principalmente para o abastecimento da olaria e da cozinha do presídio, assim como das casas dos funcionários. Após a desativação do presídio, em 1954, restava ainda na Ilha um rebanho de cabras de tamanho significativo, que provavelmente explica a interrupção do processo de regeneração em áreas que eram utilizadas como pastagem (Guillaumon *et al*, 1989).

Com a criação do Parque em 1977, as condições para regeneração natural da cobertura vegetal se tornaram propícias. Porém, ainda hoje se percebe na paisagem as marcas da ação antrópica pela introdução de espécies exóticas. Como por exemplo, na enseada das Palmas, as praias são arborizadas por amendoeira-da-praia (*Terminalia catappa*), a parte frontal do presídio é ornamentada pelo coco-da-baia (*Cocos nucifera*) e por toda a Ilha encontra-se a palmeira-leque (*Livistonia chinensis*) e muitas árvores frutíferas, como jaqueira (*Artocarpus integrifolia*), mangueira (*Mangifera indica*), jembeiro (*Eugenia jambo*) e goiabeira (*Psidium guajaba*) (Robim, 1999)

De acordo com Hueck¹⁰ citado por Guillaumon *et al* (1989), o Parque Estadual da Ilha Anchieta, dentro do domínio da Floresta Atlântica, está localizado na faixa da Mata Pluvial Costeira Tropical das Regiões Montanhosas, guardando características particulares em função de sua condição insular e da grande exposição de sua vegetação aos aerossóis provenientes da arrebentação de ondas nos seus costões rochosos, condicionando não só o estabelecimento de uma vegetação saxícola no seus afloramentos de rocha mas também uma flora halófila, que pode resistir à intensa exposição a ambiente de alta salinidade.

Este tipo de vegetação ocorre em extensas áreas do Estado de São Paulo, em especial na região de Ubatuba e Caraguatatuba, sendo descrita como mata perenifólia, que se caracteriza por apresentar espécies florestais com 30 a 35 m de altura; árvores de troncos fortes, eretos, em geral de raízes tabulares, e com uma densa vegetação arbustiva no estrato inferior. Apresenta, freqüentemente, grandes grupos de samambaias arborescentes, inúmeras palmeiras e grande riqueza de lianas e epífitas (aráceas, bromeliáceas, orquídeas, piperáceas, gesneriáceas e polipodiáceas) (Robim, 1999).

¹⁰ HUECK, K. **As florestas da América do Sul**: ecologia, composição e importância econômica, trad. Por Hans Reichardt. São Paulo: EDUSP/Polígono, 1972. 466p.

3.1.3 Fauna

A fauna terrestre do Parque não é rica e devido ao histórico de ocupação da ilha. De acordo com o Plano de Manejo do Parque (Guillaumon *et al*, 1989), o Instituto Butantan realizou capturas de escorpiões (*Tityus trivittatus*) e de ofídios venenosos como a jararaca (*Bothrops jararaca*) e coral (*Micrurus sp*) e outras espécies não venenosas, que não foram mencionadas.

Algumas das espécies terrestres que são encontradas atualmente foram introduzidas no ano de 1983 pela Fundação Parque Zoológico de São Paulo. As espécies introduzidas foram: 8 cágados (Classe Reptilia), 7 capivaras (*Hydrochoerus hydrochoeris*), 8 cutias (*Dasyprocta sp*), 40 jabutis (Classe Reptilia), 33 macacos-prego (*Cebus sp*), 7 ouriços-cacheiros (*Coendu villosus*), 6 pacas (*Cuniculus paca*), 1 preguiça (*Bradypus sp*), 13 quatis (*Nasua nasua*), 11 ratões-do-banhado (*Myocastor coypus*), 5 saguis de tufo preto (*Calihrix jacchus penicillata*), 1 tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), 1 tatu-galinha, 2 tatus-peba (*Euphractus sexcintus*), 2 tatus-rabo-mole (*Cabassous hispidus*), 3 veados-catingueiro (*Manzana gouazoubira*). Após 15 anos da introdução desses animais observou-se a visível interferência da capivara na vegetação, principalmente na regeneração natural, pois com a ausência de seu predador, espécies de felinos, houve um significativo crescimento da população e dispersão destes animais pelo campo antrópico, eliminando a vegetação rasteira pelo excessivo pastoreio e formando inúmeras trilhas com alto grau de pisoteio (Robim, 1999).

Da mesma forma que a fauna terrestre foi afetada diretamente pelo processo de ocupação e uso da ilha, a avifauna também sofreu esta influência com a retirada de parte da vegetação nativa e com a introdução de cães, gatos, porcos e principalmente com o macaco prego, severo predador dos ovos dos pássaros. No entanto, juntamente com as espécies aquáticas, este grupo tem sido mais bem estudado no Parque do que a fauna terrestre. O Plano de Manejo do Parque (Guillaumon *et al*, 1989) apresenta uma relação de 54 espécies de aves com ocorrência em ambiente de floresta, campo, brejo e praia. Com relação a fauna marinha, são citadas 8 espécies de crustáceos, 17 espécies de peixes e 13 de moluscos.

3.1.4 Aspectos administrativos e uso público no Parque

O Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Anchieta data de 1989 (Guillaumon et al, 1989) apresentando portanto 15 anos na ocasião desta pesquisa. Devido às grandes mudanças ocorridas neste período o Plano necessita de revisão e esperamos que os resultados desta dissertação possam auxiliar no estabelecimento de parâmetros que possam ser utilizados no monitoramento da qualidade da experiência do visitante.

Para auxiliar na administração do parque, ele foi dividido em 4 zonas de uso: Zona Intangível, Zona de Uso Extensivo, Zona de Recuperação e Zona de Uso Intensivo. Na Zona de Zona de Uso Intensivo se concentra toda a infra-estrutura administrativa e de visitação. Incluí-se na zona de uso intensivo a área que envolve o prédio do antigo presídio e a Praia das Palmas com a borda de restinga que a margeia e algumas edificações, como centro de visitantes, lanchonete, museu e demais infra-estrutura de atendimento ao público (Guillaumon *et al*, 1989). A Área Histórico-Cultural e de Uso Especial também estão incluídas na Zona de Uso Intensivo.

O Plano de Manejo define também que uma capacidade máxima de usuários, nesta zona, de 6.273 pessoas. Este número é resultado do estudo realizado na Praia Grande ou Praia das Palmas com base na capacidade máxima de suporte da zona de banho do sistema praia-mar e refere-se a visitas de um dia (Guillaumon *et al*, 1989).

O programa de uso público do Parque Estadual da Ilha Anchieta é constituído de dois sub-programas: Turismo e Recreação, Educação Formal e Interpretação. Isso demonstra a importância do manejo adequado dos visitantes, pois um dos objetivos do Parque é promover o turismo e a recreação.

De acordo com o plano de manejo, os objetivos destes sub-programas são:

1) **Sub-programa de turismo e recreação:** a) incentivar, dentro dos limites compatíveis e de acordo com os objetivos do manejo, a visitação de turistas; b) proporcionar oportunidades para que os visitantes possam realizar atividades recreativas compatíveis com os objetivos e recursos do parque, como natação, passeios à pé, piqueniques, observação e fotografia e; c) analisar o impacto econômico do parque na região.

2) **Sub-programa de educação formal e interpretação:** a) estimular os usuários a conhecer, apreciar, desfrutar e proteger os recursos naturais da Ilha e sua paisagem, através de informações e interpretação e; b) criar oportunidade a estudantes e professores para observações e estudos práticos nas áreas de biologia, ecologia, geologia e área afins, visando a proteção e o uso racional dos recursos naturais da região.

3.2 Pesquisa quanti-qualitativa

A pesquisa qualitativa tem sua origem no campo das ciências sociais, com a adoção de um método que possa descrever e explicar fenômenos em sua área de interesse. Hoje, no entanto, é possível verificar que, este tipo de abordagem vem se instalando e se afirmando como uma nova possibilidade de investigação em outras áreas do conhecimento.

De acordo com Minayo (1999), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por trabalhar com um universo cheio de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. Este tipo de pesquisa envolve a obtenção de dados descritivos, no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupando em retratar a perspectiva dos participantes (Godoy, 1995).

Nos estudos em áreas naturais e manejo de uso público, a pesquisa qualitativa está sendo utilizada para investigar melhor o aspecto ligado diretamente aos visitantes de uma área natural como, por exemplo, descobrir as dimensões e os fatores que influenciam na experiência dos visitantes.

De acordo com Glaspell *et al* (2003), a abordagem qualitativa é muito útil para a pesquisa exploratória, principalmente quando se sabe pouco sobre a experiência na natureza e sua influência. É mais importante pensar que esta abordagem pode ser usada para entender o significado do local e da experiência que estão associados aos visitantes. Tradicionalmente, este tipo de abordagem focava apenas os eventos sobre a viagem – o que o visitante encontrou e raramente o que eles têm levado para casa (experiência), por isso a necessidade do aprofundamento destas pesquisas.

A utilização da pesquisa qualitativa, ajuda na obtenção de dados que expressem o que os visitantes desta área realmente desejam, permitindo que estes descrevam as dimensões importantes de suas experiências e os fatores que os influenciaram com suas próprias palavras.

No caso desta pesquisa, utilizaremos a integração entre a análise quantitativa e qualitativa, que chamaremos de pesquisa quanti-qualitativa.

Segundo Goldenberg (1998), a integração destas duas abordagens, quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Acredita-se, ainda, que há uma interdependência entre os aspectos quantificáveis e a vivência da realidade objetiva no cotidiano.

Enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecem dados que podem ser generalizáveis, os métodos quantitativos poderão observar, diretamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta a realidade pesquisada, sendo útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente (Goldenberg, 1998).

A mesma autora ainda diz que a combinação de metodologias diversas no estudo do mesmo fenômeno, conhecida como triangulação, tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo.

A premissa básica da integração repousa na idéia de que os limites de um método poderão ser contrabalançados pelo alcance do outro, portanto, nesta perspectiva, os métodos qualitativos e quantitativos deixam de ser percebidos como opostos para serem vistos como complementares (Goldenberg, 1998).

3.3 Procedimentos de campo

3.3.1 Elaboração do roteiro da entrevista

Na elaboração do roteiro da entrevista foram incluídas somente questões abertas. De acordo com Minayo (1992), na entrevista que inclui questões abertas, o sujeito tem

liberdade total para abordar o assunto sob seu ponto de vista, permitindo tanto a obtenção de informações denominadas mais objetivas, como outras de caráter mais subjetivo, referentes às atitudes, opiniões e valores dos indivíduos entrevistados.

Lefevre & Lefevre (2003) argumentam que os modelos das pesquisas sociais chamadas “de opinião” são organizados sob a forma de questões fechadas com alternativas de respostas pré-determinadas, fazendo com que a natureza eminentemente discursiva e argumentativa do pensamento acabe sendo profundamente violentada.

A crítica que estes autores fazem sobre este modelo é que o pensamento de um indivíduo ou de uma coletividade não é nem pode ser representado por “alternativas de respostas” mas por falas ou discursos, portanto quando se quer fazer uma pesquisa empírica sobre o pensamento coletivo a respeito de um dado tema, deve-se, elaborar um conjunto de perguntas abertas para que cada membro de uma coletividade possa falar, ou seja, discursar sobre o tema abordado.

Para esta pesquisa foi utilizado dois tipos de roteiros, seguindo o modelo de Watson; Kneeshaw & Glaspell (2003), um aplicado na chegada dos visitantes e outro na saída. A entrevista de chegada tem como objetivo principal levantar as expectativas e tipos de experiência que estes visitantes pretendem ter com a visita (Anexo A). O roteiro da entrevista de saída foi dividido em 5 partes: questões introdutórias, expectativas/motivações, experiência na natureza, interação com outros grupos/ usos, informações sobre o local (Anexo B).

Antes de finalizar os roteiros a serem utilizados foi realizado o pré-teste do instrumento. De acordo com Gil (1996), o pré-teste está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente aquilo que se pretende medir.

Ainda o mesmo autor, coloca que os aspectos mais importantes a serem considerados no pré-teste são:

- a) Clareza e precisão dos termos – os termos adequados são aqueles que não necessitam de explicação;
- b) Quantidade de perguntas – se os entrevistados derem mostra de cansaço ou de impaciência, cabendo reduzi-lo;

- c) Forma das perguntas – pode ser conveniente fazer uma mesma pergunta sob duas formas diferentes para sondar a reação dos pesquisados;
- d) Ordem das perguntas – no pré-teste pode-se ter uma idéia do efeito que uma pergunta exerce sobre a outra;
- e) Introdução – mediante a análise das indagações feitas pelo entrevistado, seleciona-se a melhor forma de introdução a ser utilizada quando ocorrer a aplicação do instrumento.

3.3.2 Entrevistas

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado (Haguette, 1992).

Também, é um dos métodos mais usuais no trabalho de campo, pois é uma técnica caracterizada pela comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Através dela o pesquisador busca informações na fala dos investigados (Haguette, 1992 e Minayo 1999).

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, sobre os mais variados tópicos e com qualquer tipo de informante (Ludke & André, 1986).

No caso desta pesquisa utilizou-se a chamada entrevista totalmente estruturada, pois se desenvolve a partir de uma relação fixa de perguntas, onde o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias (Gil, 1996).

Segundo Ludke & André (1986), este tipo de entrevista é a mais utilizada na obtenção de resultados uniformes entre os entrevistados, permitindo assim uma comparação imediata, em geral mediante tratamentos estatísticos. Também é importante salientar que para a realização da pesquisa foram recrutados mais de um entrevistador, portanto para minimizar fontes de erro inerentes neste tipo de trabalho, escolheu-se seguir um roteiro pré-estabelecido para as entrevistas.

Outro ponto importante que deve ser considerado, principalmente quando se trabalha com vários entrevistadores, é com relação a postura durante a entrevista, segundo Bachstrom e Hursh-César (1981), citados por Obara (1999), a postura do entrevistador deve ser:

1. Neutra: O entrevistador não deve demonstrar nenhuma reação com relação às questões respondidas, de forma a não influenciar as respostas posteriores;
2. Segura: Qualquer manifestação de insegurança ou hesitação por parte do entrevistador pode provocar desconfiança ou desconforto nos entrevistados, podendo alterar suas respostas;
3. Simpática e paciente: O entrevistado deve se sentir à vontade para expôr suas idéias, pois uma postura muito séria ou ansiosa por parte do entrevistador pode intimidar o entrevistado;
4. Natural: Usar uma maneira natural e informal de ler as questões é imprescindível;
5. Firme: O entrevistador nunca deve perder o controle da entrevista, sobretudo no momento da apresentação, onde é grande a chance do entrevistado se recusar a responder.

Durante a pesquisa verificou-se que poderia ser acrescentado mais um item na postura do entrevistador:

- Clara: Principalmente na explicação dos motivos da pesquisa e da importância das respostas dos entrevistados.

Outro item de grande relevância é a ética, antes de se iniciar a entrevista, que neste caso foram registradas tendo o gravador como instrumento de coleta, sempre foi pedida a permissão ao entrevistado para a gravação da mesma, pois alguns se recusavam a participar, somente porque a entrevista seria gravada.

Ao final, todas as entrevistas gravadas em fita K-7 foram transcritas *ipsis literis*, como preconiza a tradição das pesquisas etnográficas.

3.3.3 Coleta dos dados

3.3.3.1 Áreas de estudo

A coleta de dados foi realizada em dois locais específicos: no prédio do presídio e na praia das Palmas. O prédio do presídio abriga o centro de visitantes, o auditório, a antiga loja de “souvenirs”, o laboratório, a sala dos técnicos, a biblioteca, os sanitários, as ruínas do antigo presídio (Figura 6) que fica em frente ao píer (Figura 7).



Figura 6 - Ruínas do antigo presídio desativado em 1955



Figura 7 - Desembarque dos visitantes e primeira abordagem pelos monitores do Parque

O espaço na frente do presídio foi escolhido como local estratégico porque os visitantes que chegam de escuna ao PEIA são recepcionados pelos monitores no píer e levados ao centro de visitante, onde recebem informações gerais sobre o Parque e podem apreciar uma exposição permanente sobre a Ilha Anchieta. Outro motivo da escolha é que, geralmente, ao término da visita, estes visitantes se concentram em frente ao prédio do presídio a espera das embarcações, facilitando a abordagem para a entrevista.

Já a praia das Palmas é o local de maior concentração dos visitantes que chegam com embarcações particulares. Nesta praia, não ocorre o controle de fiscalização por parte do PEIA , então as embarcações ficam ancoradas e como os visitantes não pagam o ingresso de entrada, porque nesta praia, ficam livres pra usufruir do local (Figura 8).



Figura 8 - Praia das Palmas com a maior concentração de barcos particulares

Esta praia é a mais extensa do Parque. Segundo Robim (1999), a praia das Palmas é a maior preferência pelo ambiente praia-mar, devido suas características propícias para a atividade de banho, pequena profundidade e águas calmas. Também, é importante destacar a infra-estrutura deste local, com pequenas churrasqueiras, mesas e bancos, disponíveis aos visitantes que permaneçam quase o dia todo fazendo piqueniques ou churrasco. A administração resolveu colocar estas pequenas estruturas para evitar usos indevidos na área, já que antigamente os usuários abriam clareiras na restinga e improvisavam churrasqueiras aos pés das árvores, provocando a queima das raízes e troncos.

3.3.3.2 Data das coletas

A coleta de dados foi realizada em quatro períodos bem definidos, um final de semana (ano de 2003), uma semana na alta temporada (verão), carnaval e Páscoa no ano de 2004.

A primeira data foi escolhida por ser um final de semana com um feriado, o objetivo maior desta ida a campo, foi o reconhecimento da área de estudo, conhecer o público alvo e fazer o pré-teste do roteiro da entrevista, foram realizadas 37 entrevistas. Por este motivo os resultados das entrevistas preliminares não foram utilizados na análise dos dados.

As outras datas foram definidas de acordo com a distribuição dos visitantes, nos períodos de maior visitação devido ao objetivo desta pesquisa.

Na tabela 4 podemos observar a quantidade de entrevistas realizadas nestes períodos, é importante salientar que as entrevistas de chegada aparecem em maior quantidade, pois são mais simples e levam em média 5 minutos de duração. Ao contrário das entrevistas de saída que demoram em média 15 minutos.

Tabela 4. Coleta de dados no PEIA – datas e quantidade de entrevistas realizadas

DATAS	ENTREVISTAS			
	Chegada	Saída	Recusas	Total
09 a 14 de janeiro de 2004 -Verão	199	57	07	256
20 a 24 de fevereiro de 2004 - Carnaval	157	111	28	268
09 a 10 de abril de 2004 - Páscoa	90	52	10	142
TOTAL	446	220	45	666

3.3.4 Análise dos dados

De acordo com Lefevre & Levefre (2003), o problema de se realizar pesquisas que utilizam como instrumento entrevistas com questões abertas é como processar estes

resultados, de modo a transformá-los para obter o pensamento coletivo, de uma forma qualitativa que respeite a natureza discursiva deste pensamento.

Ainda estes mesmos autores sugerem como uma solução à categorização das respostas, procedimentos que consiste em agrupar as respostas de sentido equivalente num conjunto ao qual se dá um nome que expressa este sentido equivalente. Neste esquema, cada discurso individual é ou pertence a uma categoria.

Segundo Minayo (1999), trabalho com categorias significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Conforme Patton (1980), os dados são organizados em categorias descritivas e a interpretação envolve a atribuição de significado à análise, explicando os padrões encontrados e procurando por relacionamentos entre as dimensões descritivas.

De acordo com Gomes (1999), com base na obras de Selltiz¹¹ podemos apontar três princípios de classificação para estabelecermos conjuntos de categorias. O primeiro se refere ao fato de que o conjunto de categorias deve ser estabelecido a partir de um único critério de classificação. Já o segundo princípio diz respeito à idéia de que um conjunto de categorias deve ser exaustivo, ou seja, deve permitir a inclusão de qualquer resposta numa das categorias. Por último, o terceiro se relaciona ao fato de que as categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas, ou seja, uma resposta não pode ser incluída em mais de duas categorias.

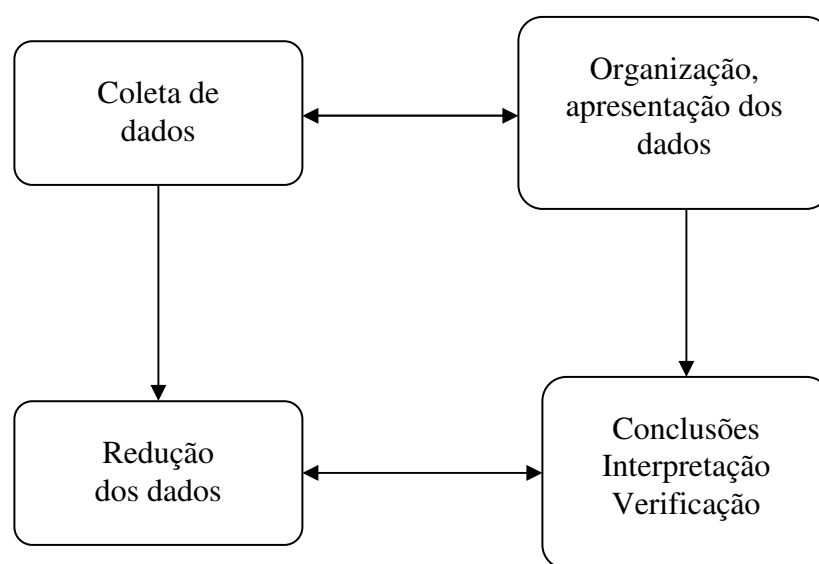
Minayo (1999) apresenta uma proposta de interpretação qualitativa dos dados com os seguintes passos para a operacionalização:

- a) Ordenação dos dados: Quando se faz o mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo.
- b) Classificação dos dados: Nesta fase é importante termos em mente que o dado não existe por si só. Ele é construído a partir de um questionamento que fazemos sobre eles, com base numa fundamentação teórica. Nesse sentido, determinamos o conjunto ou conjuntos das informações presentes na comunicação.

¹¹ SELLTIZ *et al.* Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, EPU, 1965.

- c) Análise final: Onde procuramos articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos. É quando promovemos relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

Maroy (1997), também apresenta três atividades cognitivas que devem ser articuladas a partir do momento da coleta de dados (Figura 9), elas complementam a proposta de Minayo.



Fonte: Maroy (1997)

Figura 9 - Componentes de um modelo interativo de análise dos dados

De acordo com Maroy (1997), a) a redução de dados define-se pelos processos de seleção, de focagem, de simplificação, de abstração e de transformação do material coletado; b) a apresentação/ organização dos dados – além da redução, os dados deverão ser organizados, apresentados sob formas que permitam um trabalho de interpretação, em particular, de comparação, é uma etapa importantíssima no procedimento de interpretação dos resultados; e c) a interpretação/validação dos resultados – onde o investigador esforça-se por atribuir um sentido aos seus dados, tornando as interpretações mais precisas e mais ancoradas nos fatos.

A partir da análise dos dados coletados, queremos verificar se existe diferença entre os visitantes: escuna x particular; de quem vai pela primeira vez x segunda vez, identificar as motivações, expectativas destes visitantes para propor estratégias de manejo diferenciadas e de acordo com os resultados, sugerir alguns indicadores de qualidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise das entrevistas de chegada

Foram realizadas 446 entrevistas de chegada, sendo que 25 destas foram realizadas com visitantes que vieram em embarcações particulares.

A grande maioria dos entrevistados tem como local de origem o Estado de São Paulo – 83%. Este resultado está muito próximo do apresentado por Robim e Ribeiro (2003), Robim (1999) e Magro *et al* (1990), 86,29%, 89,36% e 84,17% respectivamente, indicando que a procedência dos visitantes não mudou durante este tempo.

Entretanto, os resultados mostram que também há visitantes de outros 10 estados diferentes, assim como de outros países (Chile, Argentina e França), conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 5. Procedência dos visitantes (chegada)

Local de Origem - Estado	Nº de entrevistados	%
São Paulo	371	83
Minas Gerais	32	7
Rio de Janeiro	18	4
Goiás	10	2
Outros Estados	10	2
Outros países	05	1

Com relação à quantidade de vezes que os entrevistados visitaram o parque, a Figura 10 mostra que a maioria está indo pela primeira vez (63%) e uma pequena parte pela segunda vez (10%). Os estudos realizados por Magro *et al* (1990) e Robim (1999)

indicaram um padrão semelhante 60,8% e 59,7% respectivamente, onde a maioria das pessoas entrevistadas nestes estudos também se encontravam no PEIA pela primeira vez.

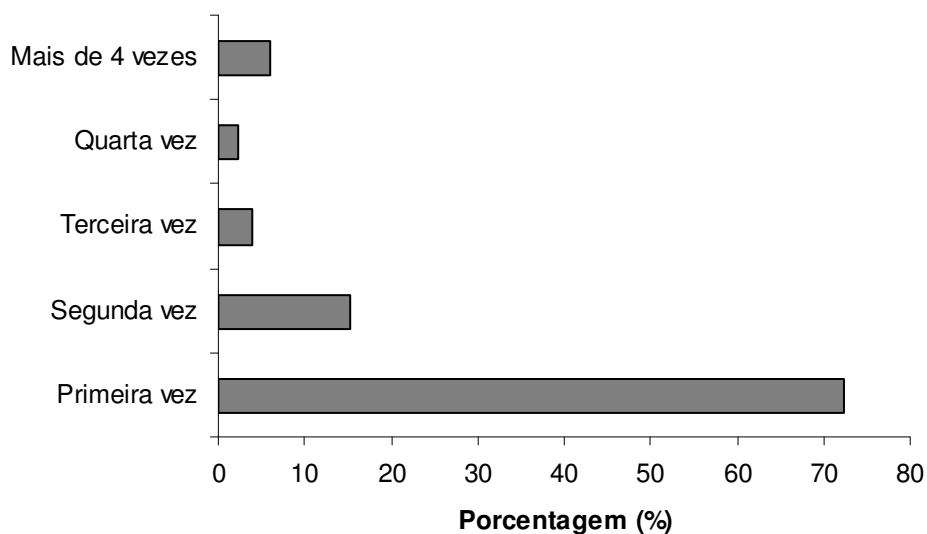


Figura 10 - Número de vezes que o visitante foi ao PEIA (chegada)

Comparando os visitantes que vão ao Parque pela primeira vez com aqueles que retornam, a Tabela 6 mostra a motivação principal daqueles que estão indo pela primeira vez é o interesse em conhecer o local (51%) ou fazer o passeio de escuna (25%), ao contrário dos visitantes que estão indo pela segunda vez, que já conhecem o lugar e o consideram bonito, agradável, interessante de se conhecer. Geralmente, estes acabam indicando e recomendando o Parque para outras pessoas, e também levam amigos e parentes para conhecerem o local, ou voltam para lembrar o local e ter uma nova experiência.

Tabela 6. Comparação dos motivos que levaram os visitantes para o PEIA de acordo com o número de vezes que foi ao Parque

PRIMEIRA VEZ		SEGUNDA VEZ	
Conhecer o local	51 %	Acompanhar/ trazer alguém	45 %
Passeio	25 %	Passeio	15 %
Histórico	8 %	Histórico	14 %
Natureza	7 %	Beleza natural	13 %
Férias	7 %	Recordar/ rever	13 %
Mergulho	3 %		

Algumas citações dos visitantes que estão indo pela segunda vez:

“Adquirir conhecimento, curtir um pouco a natureza, levar os meninos pra conhecer porque eles não conhecem”.

“Porque eu já estive uma vez aqui, né, gostei, trouxe minha mulher e meu sobrinho pra visitar”.

“Voltar a rever o local histórico”.

“Porque aqui é bonito, da outra vez que eu vim, eu gostei, história dos presidiários, estas coisa assim”.

A principal motivação dos entrevistados para visitar a Ilha Anchieta é o conhecimento – vontade de conhecer a ilha, o presídio, a natureza; seguido do passeio – tanto o de escuna, como a viagem em si (Tabela 7). É importante saber as motivações que levam uma pessoa a visitar uma área natural para podermos avaliar, se as expectativas destes visitantes estão de acordo com o que o parque pode oferecer. Estes dados mostram que a existência de um Programa Interpretativo eficiente se constitui em um dos indicadores da experiência no local.

Tabela 7. Principais motivações para a visita

Motivações	Nº respostas
Conhecimento	132
Passeio	80
Grupo de amigos/ família	71
Histórico	58
Natureza	46
Curiosidade	35
Férias/ feriado/ carnaval	28
Lazer	26
Turismo	24
Praia	16

Algumas citações sobre as principais motivações:

“Vivência com a natureza, um pouco de tranquilidade, fugir da rotina, vivência também histórica que a gente fala tanto sobre Anchieta sobre o descobrimento do Brasil que envolve tudo isso aqui né”.

“Além de conhecer, eu sou uma pessoa que gosta de conhecer e aprender as coisas dos lugares, eu acho assim, é um... Este Brasil é tão diversificado, que você sempre tem coisas novas que você nem imagina que exista, que aparece assim, eu não tinha nem idéia que aqui... É uma coisa que fascina a gente”.

“Conhecimento, conhecer um pouco mais da natureza, a gente não tem muito costume de ficar vendo isso na cidade onde a gente mora, então sempre que tem uma oportunidade a gente que conhecer uma pouco mais da natureza. Tudo aquilo de bom que a natureza tem que a gente não consegue ver no dia-a-dia”.

Quando perguntado se a visita foi monitorada ou guiada, a maioria dos entrevistados respondeu negativamente (88%) e apenas 12% fizeram a visita com guia ou monitor, geralmente dos hotéis ou da escuna.

O meio mais utilizados para a divulgação do PEIA citado pelos entrevistados foi a indicação de amigos e parentes (30%), conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8. Como ficou conhecendo o Parque Estadual da Ilha Anchieta (chegada)

	Nº de respostas	%
Indicação de amigos/ parentes	134	30
Propaganda na praia/ Panfletos/ Folders	82	18
Passeio de escuna	71	16
Hotel/ Pousada	28	6
Revista/ Rádio/ Televisão/ Jornal	25	6
Internet	09	2
Outros	97	22

A maneira como o visitante toma conhecimento sobre a existência do parque precisa ser conhecida pela administração do local para que possa utilizar esta informação. Ela será útil, principalmente, quando for necessário divulgar programas específicos do Parque e também, quando necessário aumentar ou diminuir o fluxo de visitação. É interessante notar que ainda a divulgação pessoal tem sido a mais citada. Este fato aumenta a importância do entendimento das expectativas do visitante com relação à área visitada, e o monitoramento dos indicadores sociais da visitação.

Os visitantes foram questionados quanto ao tipo de vivência que eles pretendiam ter durante a visita. As respostas ficaram divididas entre maior conhecimento do local, histórico-cultural e contato com a natureza, conforme a Tabela 9.

Tabela 9. Tipo de experiência citado pelos entrevistados

Experiência	
Conhecimento do local	26%
Histórico-cultural	25%
Contato com a natureza	24%
Lazer	15%
TAMAR	3%
Outros	5%
Nenhuma	2%

O tipo de experiência que o visitante deseja é uma informação importante para a melhoria dos programas de interpretação da natureza, pois através destes dados o Parque pode providenciar as atividades mais adequadas para este público. Estes dados também servem para ajudar na seleção dos indicadores, pois o tipo de experiência é um elemento de grande relevância, pois relata o que o visitante deseja encontrar no local.

Também foi perguntado aos visitantes se eles compararam o PEIA com outros lugares, 93% responderam negativamente. E quando ficam na dúvida entre a Ilha Anchieta e algum outro local, acabam escolhendo-a pelos seguintes motivos: proximidade do continente, beleza natural e histórico da ilha. Esta informação revela os fatores que levam o visitante a escolher o Parque.

4.2 Análise das entrevistas de saída

Foram realizadas 220 entrevistas de saída, sendo que 44 destas, ou seja, 20% com passageiros de embarcações particulares. Para a análise dos dados seguiremos o roteiro (Anexo B), dividindo-o em 5 partes: questões introdutórias, expectativas/ motivações, experiência na natureza, interação com outros grupos/ usos e informações sobre o local.

Questões gerais/ introdutórias

A grande maioria dos entrevistados é proveniente do Estado de São Paulo – 88% e apenas 12% de outros estados, conforme a Tabela 10. Este resultado segue a mesma tendência das entrevistas de chegada.

Tabela 10. Procedência dos visitantes (saída)

Local de Origem - Estado	Nº de entrevistados	%
São Paulo	194	88
Minas Gerais	08	4
Rio de Janeiro	07	3
Distrito Federal	03	1
Goiás	02	1
Paraná	02	1
Outros Estados	04	2

Com relação à quantidade de vezes que os entrevistados visitaram o parque, a Figura 11 mostra que a maioria está indo pela primeira vez (63%) e uma pequena parte pela segunda vez 10%. Os resultados também demonstraram que 18% dos entrevistados já foram ao PEIA mais de 4 vezes. Destes entrevistados, 68 % eram visitantes que possuíam embarcação própria, confirmando o que diz Magro et al (1990), que o retorno ao local está condicionado, entre outras coisas, pela independência na locomoção, visitantes com transporte próprio, como lanchas particulares tem mais facilidade de acesso do que os que chegam de escuna. Os dados refletem também, o que diz Shafer¹² citado por Magro (1990), a preferência para um parque pode ser refletida pelo número de vezes que é procurado pelas mesmas pessoas.

¹² SHAFER, JR.E.L. The average camper who doesn't exist. Odgen: USDA, Forest Service, 1969. 27 p. (Research Paper NE-142)

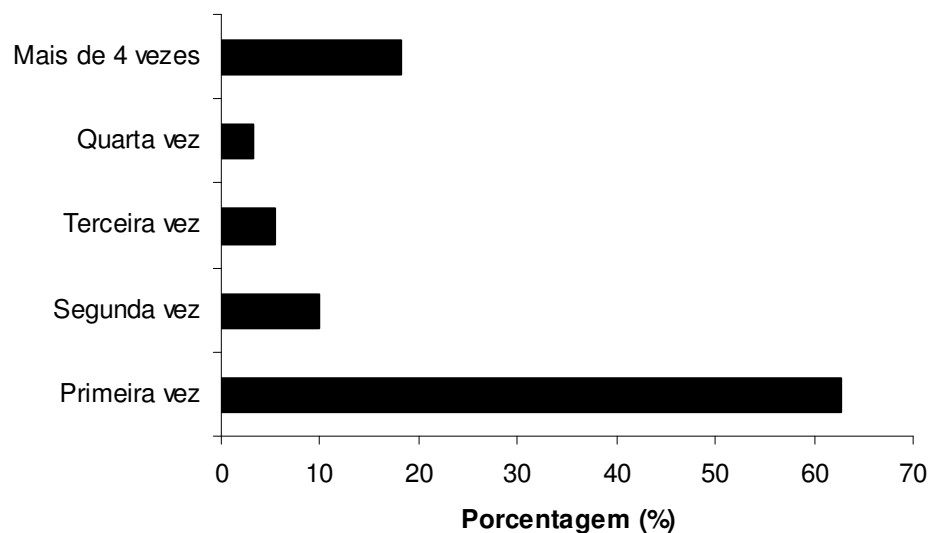


Figura 11 - Número de vezes que o visitante foi ao PEIA (saída)

A grande maioria dos entrevistados constituem grupos pequenos de até 10 pessoas (80%), como mostra a Tabela 11. O relatório sobre a visitação do Parque Estadual da Ilha Anchieta realizado por Robim e Ribeiro (2003), indica porcentagens semelhantes (68,1%), sendo que 20% não responderam a esta questão.

Tabela 11. Tamanho do grupo de visitantes

	VERÃO	CARNAVAL	PÁSCOA	TOTAL
1 a 5	22	47	27	96 (44%)
6 a 10	17	47	16	80 (36%)
11 a 16	13	07	06	26 (11%)
17 a 22	03	06	01	10 (4,5%)
23 a 29	–	–	01	01 (0,5%)
< 30	02	04	01	07 (4%)

Magro et al (1990) citam a importância do tamanho dos grupos para elaboração do Programa Interpretativo, principalmente no dimensionamento das atividades. Os grupos que chegam ao PEIA já estão pré-formados, reunidos pelo horário da embarcação,

chegando ao parque grupos distintos com interesses diferenciados, o que dificulta a programação de atividade de educação ambiental.

Com relação à visita no parque, foi perguntado aos entrevistados, se eles estavam com guia ou sem guia durante o passeio. A maioria respondeu que estava sem (94%), porém sempre citavam que tinham sido recebidos na chegada, com a palestra ministrada pelos monitores. No caso dos visitantes que chegaram ao Parque com escunas esta porcentagem foi de 83%, já que muitas vezes o guia da escuna acompanha os visitantes em terra.

Expectativas/ motivações

O meio mais utilizado para a divulgação do PEIA citado pelos entrevistados foi a indicação por amigos e parentes (35%), conforme mostra a Tabela 12. Os resultados apresentados na tabela são semelhantes e possuem o mesmo padrão das respostas das entrevistas de chegada

Tabela 12. Como ficou conhecendo o Parque Estadual da Ilha Anchieta (saída)

	Frequência	%
Indicação de amigos/ parentes	77	35
Propaganda na praia/ Panfletos/ Folders	46	21
Passeio de escuna	32	14
Hotel/ Pousada	17	8
Revista/ Rádio/ Televisão/ Jornal	8	4
Internet	2	1
Outros	38	17

A maioria dos entrevistados não costuma planejar suas viagens (51%), e normalmente leva de alguns dias a 1 mês fazendo o planejamento (37%), quando o fazem.

Estes dados são necessários para verificar de onde os visitantes obtêm informações sobre os lugares que visitam e se eles planejam as viagens. O conhecimento da fonte de informação principal é de grande auxílio em estratégias de divulgação das atividades

desenvolvidas no parque. A qualidade da visita pode ser melhorada uma vez que as expectativas dos visitantes poderão ser mais condizentes com a realidade do local.

Com relação aos motivos que levaram os visitantes para a Ilha Anchieta, foi feita uma comparação entre os visitantes que vão de escuna e de embarcação particular (Tabela 13).

Tabela 13. Comparação dos motivos que levaram os visitantes para o PEIA de acordo com o tipo de embarcação

ESCUNA		EMBARCAÇÃO PARTICULAR	
Bonito	20%	Tranquilo/ calmo	40%
Passeio	17%	Maravilhoso/ bonito/ paraíso	25%
Conhecer	15%	Próximo	4%
Indicação	15%	Contato com a natureza	4%
Histórico	9%	Histórico	2%
Trazer alguém	6%	Outros	25%
Natureza	4%		
Outros	14%		

Comparando os motivos que levam os visitantes a ir para a Ilha Anchieta (Tabela 13), podemos observar que os visitantes que chegam de embarcação particular, vão em busca de um lugar calmo, tranquilo, sossegado (40%), pois geralmente estão em grupo familiar, com crianças e a Praia da Palmas, onde eles se concentram é uma praia tranqüila, extensa, sem ondas. Já os visitantes que chegam de escuna, vão ao PEIA, porque o local é bonito, pela beleza natural (20%) ou pelo passeio de escuna (17%).

Os anseios destes dois grupos são distintos, também devido ao tempo de permanência no local. As pessoas que chegam de escunas permanecem no Parque cerca de 2 horas, de acordo com Robim & Ribeiro (2003). Já os visitantes que vem com embarcação própria passam o dia inteiro no PEIA, 22,54% segundo os dados de Robim & Ribeiro, 2003, refletindo que possuem expectativas diferenciadas para a visita.

Experiência na natureza

Com relação aos aspectos positivos e negativos da visita, podemos observar na Tabela 14 que geralmente as pessoas citam que não houve “pior parte” em sua ida ao PEIA. Já quanto a melhor parte da visita, o presídio foi citado o maior número de vezes, seguido da paisagem e de “tudo”.

Tabela 14. Preferência dos visitantes durante a visita

Aspectos positivos		Aspectos negativos	
História/ Presídio	18%	Não teve	60%
Praia	14%	Falta do restaurante	7%
Natureza	14%	Tempo ruim	7%
Aquário natural	9%	Ir embora	4%
Fauna	9%	Sujeira/ lixo	5%
Mergulho	6%	Questões pessoais	4%
Tudo	17%	Escuna	3%
Outros	13%	Outros	14%

O fato dos entrevistados não indicarem aspectos negativos, pode ou não demonstrar a satisfação do visitante quanto ao serviço e atrativos oferecidos pelo parque. De acordo com Takahashi (1998), a falta de sugestões de um percentual significativo de visitantes pode estar relacionada ao pouco conhecimento dos mesmos sobre a importância dos objetivos da unidade de conservação ou, ainda, à falta de disposição em contribuir para a melhoria do parque

Durante uma pesquisa na região de Brotas, Magro et all (2004) observaram também que uma parte representativa dos entrevistados (83%), não responderam uma questão sobre as razões que expressassem o fato da experiência na área visitada não ter sido agradável. As autoras perceberam que quando os turistas precisavam pensar uma pouco mais sobre suas próprias respostas, em questões abertas, eles não gostavam. A forma mais fácil era não responder a questão, assim eles podiam, rapidamente voltar para as atividades recreativas interrompidas pela entrevista.

Tabela 15. Comparação dos levantamentos realizados em 2004 e 2003 na Ilha Anchieta em ordem crescente

Pontos positivos 2004	Pontos positivos 2003	Pontos negativos 2004	Pontos negativos 2003
História/ Presídio	Natureza/ Preservação	Não teve	Infra-estrutura
Tudo	Praias	Falta do restaurante	Turismo predatório
Praia	Histórico	Tempo ruim	Nenhum
Natureza	Infra-estrutura	Ir embora	Abandono do presídio
Aquário natural	Educação ambiental	Sujeira/ lixo	Pouco tempo de visita
Fauna	Outros	Questões pessoais	Regras do Parque
Mergulho	Não respondeu	Escuna	Não respondeu
Outros		Outros	

Conforme a Tabela15, comparando os resultados deste trabalho (2004), com o levantamento realizado por Robim & Ribeiro (2003), podemos notar que os pontos negativos citados pelos visitantes em 2004 estão mais relacionados a fatores inerentes ao ambiente natural, como o tempo ruim ou o fato de ir embora da Ilha, que não aparece no outro levantamento, mas ambos apresentam a infra-estrutura, como ponto negativo. No levantamento de 2004, também podemos notar a presença de lixo e sujeira que pode demonstrar uma maior percepção e conscientização do visitante com relação à conservação do local.

Os pontos positivos citados em ambos os trabalhos foram parecidos, mas nota-se que em 2004 os visitantes citaram “tudo” (a visita toda), como positiva. Talvez, isso represente uma melhoria na qualidade da visita, desde a recepção até o embarque.

Interação com outros grupos/ usos

Geralmente quando falamos de interação com grupos, estamos falando também de aglomeração, multidão, este item tem como objetivo saber qual a percepção do visitante com relação à aglomeração. De acordo com Tuan (1980), os seres humanos, sem dúvida, também experimentam tensões físicas e psicológicas quando sujeitos à aglomeração.

De acordo com os resultados (Tabela 16), podemos observar que 35% dos entrevistados consideraram que o local estava lotado e 26% esperavam que estivesse assim mesmo, devido ao feriado prolongado.

Tabela 16. Percepção do visitante com relação à quantidade de pessoas – Como os visitantes esperavam encontrar a Ilha Anchieta?

Situação esperada	VERÃO	CARNAVAL	PÁSCOA	TOTAL
Com mais pessoas	04	18	02	24 (11%)
Com menos pessoas	11	45	20	76 (35%)
Do jeito que estava	11	28	22	61 (28%)
Não tinha expectativa	08	04	–	12 (5%)
Não soube responder	23	16	08	47 (21%)

Todas as pessoas necessitam de privacidade: o grau e a natureza podem variar. As condições de aglomeração tornam difícil escapar da atenção dos outros e, portanto, de um sentido desenvolvido de si mesmo (Tuan, 1980). Segundo o mesmo autor, aglomeração e privacidade têm um termo físico: são afetadas pelo espaço físico e pelo número de pessoas. Elas têm um termo biológico: além de certa densidade, sob condições específicas, aparecem os indicadores biológicos de tensão.

Quando perguntamos aos entrevistados se eles viram ou encontraram com outros grupos, a maioria respondeu que sim (77%), relatando que estes encontros ocorreram: 46% nas praias, 26% nas trilhas, 9% na escuna, 8% no presídio, 8% em todos os lugares e 3% no museu. Estes encontros não incomodam os visitantes, pois a maioria respondeu que não interagiu (75%), entre aqueles que interagiram, apenas conversaram com os outros visitantes.

Vários estudos falam sobre a aglomeração em áreas silvestres Cole (2001), Hammitt e Cole (1998), Hendee *et al* (1990) e Watson e Roggenbuck (1998), e explicam que nem sempre o uso ou aglomeração numa área silvestre afeta a qualidade da visitação, pois os visitantes não percebem como um impacto. Geralmente as pessoas que buscam ambientes costeiros já possuem expectativas de que, em se tratando de períodos de feriados prolongados, como nos casos relatados, poderão se deparar com um maior

número de pessoas. O que para os administradores e planejadores representa uma situação de congestionamento pode representar para os visitantes, uma maior possibilidade de socialização.

De qualquer forma, os resultados mostram que 35% dos visitantes possuem expectativas de encontrar um menor número de pessoas visitando a área. Desta forma a percepção de aglomeração deve ser um dos indicadores utilizados para monitorar a qualidade da experiência.

Informações sobre o local

Neste item, se avalia a percepção dos visitantes com relação ao local, com a descrição do Parque, considerando três aspectos principais: área natural primitiva, unidade de conservação e atração turística. Segundo Lucas (1980), com estes resultados é possível avaliar se os visitantes estão bem informados sobre os objetivos da área e as necessidades de práticas conservacionistas durante sua experiência, evitando o alto potencial de impacto desses visitantes.

- **Área Natural Primitiva**

O Parque Estadual da Ilha Anchieta é um ambiente humanizado, porém com gradientes de humanização menor (Guimarães¹³, 2004). Nem toda unidade de conservação é formada só com ambiente paisagístico natural, mas também pelo construído. No caso da Ilha Anchieta o valor histórico-cultural é grande, assim como o valor paisagístico dela, mesmo com grandes alterações em seu ambiente natural.

A maioria dos visitantes descreve a Ilha Anchieta como uma área natural primitiva, conforme a Tabela 17. Também de acordo com o teste χ^2 , os entrevistados consideram a área primitiva, $p = 0,0026$.

¹³ GUIMARÃES, S.T. de L. Notas do exame de qualificação realizado no dia 09 de junho de 2004.

Tabela 17. Relação de visitantes que consideram o PEIA como uma área natural primitiva

	Sim	Não	Em partes	Não sei
Área Natural Primitiva	54%	29%	14%	3%

De acordo com Guimarães¹⁴ (2004), as vezes as pessoas que vão a Ilha Anchieta não percebem que o local tem um histórico inteiro amarrado ao ambiente. Talvez, estes visitantes acabem somando o presídio e todo o histórico a paisagem natural, não conseguindo dissociar as coisas, pois lá já existia uma presença humana. Isto faz com que a parte natural seja o cenário para a parte histórico-cultural da Ilha Anchieta.

Algumas citações dos entrevistados:

“Não, por causa das construções, por causa das trilhas, a trilha já é uma coisa que não é primitiva, você vê algumas colocações de madeira, então assim é bem natural, mas primitivo, primitivo, não”.

“Primitiva não, primitiva subentende-se que não foi explorada e aqui não tem toda uma estrutura. Mas ela esta bem conservada pelo numero de visitantes que tem”.

“Sim, a princípio sim, porque aqui você não encontra nenhum tipo de poluição, você realmente tem uma mata totalmente preservada, fechada, as águas são limpas, então eu acredito que sim”.

“Ela é bastante, é a natureza, a gente percebe que tem árvores antigas, centenárias, tudo, o fato de vocês protegerem a natureza, não deixar pegar, jogar lixo no chão, isso é bom porque a gente ta precisando bastante disso, se a gente sair pelo Brasil e for ver o que tem de reserva mesmo, são poucas”.

¹⁴ GUIMARÃES, S.T. de L. Notas do exame de qualificação realizado no dia 09 de junho de 2004.

- **Unidade de Conservação**

Neste item foi considerada como resposta correta, se o entrevistado citou pelo menos um dos objetivos gerais das unidades de conservação, de acordo com o SNUC (2000). Os objetivos mais citados foram: práticas de conservação da natureza, proteger paisagens naturais, promover meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental, favorecer e promover a educação ambiental e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. Aqui estão algumas falas dos entrevistados:

“Aqui você vê a natureza bem conservada, você não vê desmatamento, você não vê poluição, lixo, acho que o pessoal cuida direito”.

“Sim, porque veja os projetos que vocês fazem aqui, são muito importantes, ligados a universidade, seja o habitante, os responsáveis da ilha, as entidades que trabalham junto com a ilha, que cuidam da preservação”.

“Considero, pelos projetos que tem aqui na Ilha, com vista à preservação do patrimônio cultural e ambiental, pela tentativa, ainda de um controle do número de visitantes e o trabalho que é feito com esses visitantes, embora seja ainda um pouco precário. Acho que pode ser considerado como uma unidade de conservação”.

“Diria, por causa da beleza, da limpeza que é conservado aqui, o peixe, você vê o peixe pertinho, nem parece que foi presídio, e olha que é visitado por 1200 pessoas que passaram aqui hoje, se vê como o trabalho do pessoal daqui é bom”.

“Sim, pelo projeto todo feito aqui e o monitoramento da área, palestras, explicações de como se deve comportar na ilha, até a questão de não levar nada”.

A partir das análises das entrevistas conclui-se que a maioria dos entrevistados concorda que a Ilha Anchieta é uma unidade de conservação, conforme a Tabela 18. De acordo com o teste χ^2 , $p = < ,0001$, os entrevistados consideram o local como uma unidade de conservação.

Tabela 18. Relação de visitantes que consideram o PEIA como uma unidade de conservação

	Sim	Não	Em partes	Não sei
Unidade de Conservação	66%	26%	6%	2%

- **Atração Turística**

A grande maioria dos entrevistados considera que o local é uma atração turística (91%) - Tabela 19, principalmente devido ao presídio, as praias e beleza cênica, de acordo com o teste χ^2 , $p = < ,0001$.

Tabela 19. Se os visitantes consideram o PEIA como uma atração turística

	Sim	Não	Em partes	Não sei
Atração Turística	91%	5%	3%	1%

Aqui estão algumas citações dos entrevistados sobre porque eles consideram a Ilha Anchieta uma atração turística:

“Com certeza, porque tem muita coisa interessante, as vezes a gente ta só na praia grande e não sabe que tem esses outros lugares pra gente passear, conhecer, eu acho que é interessante tanto a trilha, a parte do mergulho, como aqui a parte do presídio, tudo muito interessante pra quem nunca viu”.

“Totalmente, primeiro que é um lugar de praia, tem uma orla, tem mar, é novo, é um lugar novo pra se conhecer, é distante, você chega com

embarcação, você tem um atrativo que é o presídio antigo, por isso é um turismo histórico”.

“Sim, pela localização, pelas belezas naturais que tem e pela história, conforme eu falei, eu gosto bastante de história, pela história do passado”.

De acordo com os resultados os visitantes estão bem informados sobre o local, principalmente, os objetivos da área, pois consideraram o PEIA como uma unidade de conservação.

Com relação aos valores atribuídos pelos visitantes, todos deram uma nota alta, portanto os visitantes acham o local de qualidade, assim como sua visita. A menor nota foi 5,0 devido à falta de infra-estrutura, como restaurante, a retirada do Projeto Tamar do Parque, e também devido ao tempo, que na maioria das vezes estava nublado. A tabela 16 mostra as médias apresentadas em cada período.

Tabela 20. Notas atribuídas à visita em cada coleta de campo

Período	Nota (média)
Verão	9,5
Carnaval	9,3
Páscoa	9,1
Média Geral	9,3

4.3 Indicadores potenciais

Os indicadores devem refletir as aspirações do visitante, o que ele deseja, ou necessita para ter uma experiência de qualidade em uma área natural. Portanto, de acordo com os resultados obtidos nas entrevistas e discutidos anteriormente, podemos apresentar alguns indicadores potenciais e, em alguns casos, sugerir os respectivos padrões:

1. **Existência de um Programa Interpretativo:** é necessária a melhoria no programa interpretativo atual para que o visitante possa conhecer melhor a ilha. O Programa deve conter aspectos históricos, geográficos, fauna terrestre e aquática e flora terrestre e aquática. O padrão é a implantação de no mínimo um painel ou atividade guiada que trate dos 6 aspectos citados;
2. **Infra-estrutura de recepção do visitante e de alimentação:** Estabelecer um padrão de qualidade e regularidade nos serviços oferecidos por terceiros;
3. **Controle de pessoas no Aquário Natural:** por ser um local de espaço pequeno e para evitar aglomeração, é necessário controlar o número de pessoas, pois os visitantes vão para este local com o objetivo de observar a fauna marinha, como o excesso de pessoas, isso se torna impossível. A melhor recomendação é a distribuição dos visitantes por local e por atividade;
4. **Controle da atividade de mergulho:** destinação de locais adequados para este tipo de atividade, evitando assim, conflito entre os praticantes de mergulho e o visitante comum. O padrão a ser seguido é ter pelo menos um local destinado apenas para a prática do mergulho, pois o número de pessoas que pratica esta atividade não é elevado;
5. **Presença de lixo nas praias e nas trilhas:** este item foi observado através da percepção dos visitantes. O padrão estabelecido é a retirada do lixo nas trilhas e nos locais de visitação em horários de pico na parte de manhã e na parte da tarde, além da retirada ao final da tarde (após a visitação) e no começo da manhã (antes da visitação);
6. **Presença de dejetos de capivara,** principalmente nas praias: como a população desta espécie está acima da capacidade de suporte da vegetação, deve haver um programa eficiente de controle do número de indivíduos. Desta maneira, a presença de dejetos irá diminuir;
7. **Patrimônio histórico preservado:** principalmente as ruínas do presídio, restauração das celas e utilização do espaço para atividades que mostrem um pouco mais da história e educação ambiental, evitando, assim a depredação do local, com pichações e inscrições. O padrão é desenvolver as atividades em horários bem

definidos para que o visitante possa se programar, sendo necessária a divulgação destas atividades, principalmente para os visitantes que chegam com embarcações particulares, permanecendo o dia inteiro na Ilha;

8. **Número e frequência de escunas:** distribuição durante os dois períodos para evitar aglomeração. Por se tratar também de um item de segurança o padrão para este indicador deve ser estabelecido junto com a Marinha;

9. **Distribuição e frequência das pessoas nas praias e nas trilhas.** O padrão deve ser determinado para cada local e cada atividade;

10. **Qualidade ambiental e aumento do primitivismo da área:** os visitantes procuram o contato com a natureza primitiva que o imaginário projeta pelas expectativas do Parque ser uma ilha. Desenvolver atividades que possam levar o visitante ao estado de isolamento, possibilitando a integração com a natureza de uma forma mais profunda. O padrão utilizado é a formação de pequenos grupos para desenvolver atividades agendadas em área mais primitivas do Parque;

11. **Informações climáticas locais disponíveis:** atualização diária no site do Parque com as condições do tempo no PEIA, principalmente nos finais de semana, feriados e verão, visto que as condições climáticas divergem do continente para a Ilha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da avaliação da qualidade da experiência do visitante foi possível identificar suas expectativas, motivações, desejos e outras informações com relação ao local visitado, no caso, o Parque Estadual da Ilha Anchieta. Com estas informações foram selecionados indicadores, que se usados pelos gestores/ administradores do Parque, poderão refletir positivamente na qualidade da experiência do visitante.

Estes indicadores são referentes a este público e local especificamente, portanto é necessário o levantamento do perfil e o monitoramento da satisfação dos visitantes ao longo do tempo, pois caso haja uma modificação nas características dos mesmos, provavelmente ocorrerão mudanças nos indicadores selecionados. Do mesmo modo existe a necessidade de avaliações constantes e o monitoramento destes indicadores para verificar a sua eficiência no campo.

Quanto ao método, a utilização de entrevistas com questões abertas para obtenção de informações sobre o visitante de áreas naturais é fundamental para podermos conhecer melhor o universo destas pessoas, porém a quantidade de informações obtidas é enorme, o que acaba dificultando na tabulação e análise dos dados. A forma de coleta e análise destes dados precisa ser revista uma vez que estas informações são necessárias para a seleção de indicadores potenciais da qualidade da experiência do visitante.

Aqui estão algumas sugestões para a utilização desta ferramenta de forma mais eficiente:

- Fazer um pré-teste com questões abertas e depois transformá-lo em questionário com questões fechadas, mas abrangendo o universo de informações do pré -teste, facilitando, assim a aplicação, a tabulação e a análise dos dados;

- Adaptar o roteiro de entrevista para cada local e público.
- Diminuir o número de questões, tornando desnecessário o uso do gravador;

Um melhor entendimento dos desejos e atividades dos visitantes pode aumentar o profissionalismo do manejo de áreas silvestres e elevar a qualidade dos serviços que as áreas silvestres provêm ao público, assim como a qualidade da experiência do visitante (Lucas, 1980). Porém devemos ficar atentos para manter o nível de satisfação deste visitante, fazendo o monitoramento tanto da satisfação como do perfil deste usuário, conforme dito anteriormente.

É importante ressaltar que para os serviços oferecidos, como infra-estrutura básica de alimentação, necessidades pessoais, e outros, ainda se pode trabalhar com o uso de avaliações e o uso de terminologias como satisfação do visitante. Para este tipo de avaliação os indicadores são mais óbvios e inclusive os padrões podem ser quantitativos. Já no caso da seleção de indicadores que reflitam a qualidade da experiência do visitante, é necessário inserir os objetivos relacionados ao uso público na área com uma abordagem aprofundada das expectativas geradas em cada indivíduo que busca uma área natural, uma unidade de conservação.

O fato dos aspectos sociais da visitação levarem a discussões de indicadores relacionados à percepção de impactos sobre o ambiente e também sobre a congestão do uso demonstram expectativas de um visitante cada vez mais exigente com relação ao primitivismo das unidades de conservação. Ao abordar os visitantes em busca do entendimento de suas expectativas, e possíveis indicadores sociais, os administradores iniciam um processo de entendimento das relações e de busca de respostas que não irão mais se limitar à imposição de normas restritivas e limitações de acesso.

ANEXOS

Anexo A - Roteiro da entrevista aplicado aos visitantes ao PEIA no momento da chegada.

1. Você mora no Estado de São Paulo? Sim (Onde) _____

Não

1.a. Se não, que estado e cidade você mora? _____

2. Você já esteve aqui antes? Quantas vezes? _____

3. Qual foi a principal motivação para esta viagem?

4. Você está em grupo com guia?

() Sim

() Não

5. Como você ficou sabendo do PEIA e que tipo de informação você selecionou para vir aqui?

6. Por que você escolheu vir pra Ilha Anchieta?

7. Que tipo de vivência/ experiência você está procurando ter nesta visita?

8. Antes de vir pra cá, você ficou na dúvida entre vir pra Ilha ou algum outro lugar? Por que você escolheu o PEIA, invés deste outro lugar?

Anexo B - Roteiro da entrevista aplicado aos visitantes ao PEIA no momento da saída.

Questões introdutórias

1. Você já esteve no Parque Estadual da Ilha Anchieta antes? Quantas vezes?
2. Onde você mora
3. Quantas pessoas estão no seu grupo
4. Sua visita foi monitorada/ guiada

Expectativas/ motivações

5. Por que você decidiu visitar o Parque Estadual da Ilha Anchieta
 - a) Como você ficou sabendo do PEIA?
 - b) Quanto tempo levou planejando sua viagem?
 - c) Durante esta viagem você pretende visitar outros lugares? Quais?
 - d) Por que você escolheu o PEIA?

Experiência na natureza

6. Como você descreveria a visita que você acabou de fazer?
 - a) Onde você foi?
 - b) O que você viu?
 - c) Qual foi a melhor parte da visita? E a pior?
 - d) Comparando com outras viagens que você já fez em áreas naturais, como foi esta visita?

Interação com outros grupos/ usos

7. Você viu ou encontrou com outras pessoas
 - a) Com relação à quantidade de pessoas que você encontrou durante o passeio, como você esperava encontrar a Ilha Anchieta?
 - b) Você viu ou encontrou com outros grupos? O que aconteceu? Onde você estava?
 - c) Você interagiu com outros grupos?
 - d) Você consegue descrever essas pessoas?

Informações sobre o local

8. Como descrevia o PEIA a um amigo que estivesse pensando em vir aqui
 - a) Você descreveria a Ilha Anchieta, como uma área natural primitiva? Por que?
 - b) Você diria que a Ilha é uma Unidade de Conservação? Por que?
 - c) Você considera que este local é uma atração turística? Por que?
 - d) Você já visitou alguma área natural? Quais?
 - e) A Ilha Anchieta tem alguma coisa que a torna diferente desses lugares que você já visitou?
 - f) Que nota você daria para esta visita (0-10)?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, M.I.A. de. Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do Planalto do Parque Nacional do Itatiaia. Piracicaba, 2003. 121p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

BARROS, M.I.A. de; DINES, M. Mínimo impacto: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C (org.). **A educação pelas pedras:** ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000. p. 47-84.

BLANGY, S.; WOOD, M.E. Developing and implementing ecotourism guidelines for wildlands and neighboring communities. Ecotourism: a guide for planner & managers. North Bennington, Vermont: The ecotourism society, 1993, p. 32-54.

BORHEIM, G. A. Reflexões sobre o meio ambiente. In: SESC. **Ecologia** – A Qualidade de Vida. São Paulo: Serviço Social do Comércio, 1993.

BORHEIM, G. Entrevista. **Revista Ambiente**. v. 4, n. 1, 1990. 1v.

BRITO, C.W de. **Unidades de conservação:** intenções e resultados. São Paulo: Anablume, 2000. 230p.

BRUHNS, H.T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, C.M.T. e BRUHNS, H. T. (Org.). **Viagens à natureza:** Turismo, cultura e ambiente. Campinas/SP: Papyrus, 1997. p. 125-140. (Coleção Turismo)

CARVALHO, J. L.; ROBIM, M.J.; STARZYNSKI, R. A influência do pisoteio em algumas propriedades físicas do solo na trilha da praia do sul do Parque Estadual da Ilha Anchieta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Campo Grande, 2000. **Anais**. Campo Grande: Rede Nacional Pró unidade de conservação e Fundação O Boticário de proteção à natureza, 2000. v. 2, p.306-312.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O Ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Ed.) **Ecoturismo - um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 1995. p. 23-29.

COLE, D.N. Biophysical impacts of wildland recreation use. In: GARTNER, W.C.; LIME, D.W. (Ed.). Trends in outdoor recreation, leisure and tourism. New York: CABI Publishing, 2000, cap.23, p. 257-264.

COLE, D.N.; WATSON, A.E.; HALL, T.E.; SPILDER, D.R. **High use destination in wilderness**: social and biophysical impacts, visitor responses, and management options. Ogden: USDA, Forest Service Intermountain Research Station, 1997. 30p. (Research Paper INT, 496).

CHRISTENSEN, H.H.; DAVIS, N.J. Evaluating user impacts and management controls: implications for recreation choice behavior. In: SYMPOSIUM ON RECREATION CHOICE BEHAVIOR. Montana, 1984. Proceedings: USDA. Forest Service. **General Technical Report INT-184**. May, 1985. p. 71-77.

Da MATTA, R. A dualidade do conceito de cultura. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 19 de maio de 1999.

DITT, E.H.; MANTOVANI, W.; VALLADARES-PADUA, C; BASSI, C. Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação. In: **Métodos de estudos em biologia da conservação & manejo da vida silvestre**. Curitiba: Ed. da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003. p. 631-647.

DOUROJEANNI, M.J.; PADUA, M.T.J. **Biodiversidade**: a hora decisiva. Curitiba: Editora UFPR, 2001. 308p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1996, p. 90-97.

GLAPPELL, B.; WATSON, A.; KNEESHAW, K; PENDERGRAST, D. Selecting indicators and understanding their role in wilderness experience stewardship at gates of the Arctic National Park and Preserve. Paper presented at 2003 George Wright Society Meeting, San Diego, CA, and accepted for publication in *The Forum*, Special Issue on Wilderness Research, 2003.

GRAEFE, A.R.; KUSS, F.R.; VASKE, J.J. **Visitor Impact Management** – The Planning Framework. Washington, D.C.: National parks and conservation association, 1990. 105p.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 60-91.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social** – teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. p. 67-80.

- GUILLAUMON, J.R.; MARCONDES, M.A.P.; NEGREIROS, O.C. et al. Plano de manejo do Parque Estadual da Ilha Anchieta. **IF-Série Registros**, São Paulo: IF, 1989. 250 p. (Instituto Florestal).
- HAGUETTE, T.M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. p. 52-92.
- HAMMITT, W.E.; COLE, D.N. Wildland recreation: ecology and management. Nova York: John Wiley, 1998. 361p.
- HENDEE, J.C.; STANKEY, G.H.; LUCAS, R.C. **Wilderness management**. 2. ed. Golden: North American Press, 1990. 537p.
- HONEY, M. Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise? Washington, DC: Island Press, 1999. 405p.
- KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002. 224p. (Coleção Turismo).
- KRUMPE, E.E. The role of science in wilderness planning: a state-of-knowledge review. In: WILDERNESS SCIENCE IN A TIME OF CHANGE CONFERENCE. Wilderness visitors, experiences, and visitor management. Missoula, Montana; 1999. **Proceedings**. Missoula: USDA, Forest Service, 2000, pp. 134-141.
- KUNIEDA, E. Visões de mundo através dos quintais, da cerca elétrica, do gado e da genética – percepção ambiental e aplicação da estratégia da espécie bandeira. In: ENCONTRO DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL. Rio Claro, 2004. **Anais**. Rio Claro: Olam, 2004. p.214-239.

- LEFEVRE, F; LEFEVRE, A.M.C. O pensamento coletivo como soma qualitativa. Setembro de 2003. <http://www.fsp.usp.br/quali-saude>; (22 de abril de 2004)
- LEUNG, Y.F.; MARION, J.F. Recreation impacts and management in wilderness: A state of knowledge review. **USDA Forest Service Proceedings – RMRS – P-15**, v.5, p. 23-48, 2000.
- LITTLEFAIR, C. Reducing impacts through interpretation, Lamington National Park. In.: BUCKLEY, R. (Ed). **Environmental Impacts of Ecotourism**. CAB International, Wallingford, England: CAB International, 2004. p. 297-307.
- LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 103-141.
- LUCAS, R.C. Visitor characteristics, attitudes, and use patterns in the Bob Marshall Wilderness Complex, 1970-82. **Research Paper INT**. USDA. Forest Service, Ogden, n. 345, p. 1-32, 1985.
- LUCAS, R.C. Use patterns and visitor characteristics, attitudes and preferences in wilderness and other roadless areas. Odgen: USDA, Forest Service, 1980. 89p. (Research Paper INT-253)
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 203p.
- MAGRO, T.C. Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia. São Carlos, 1999. 135p. Tese (Doutorado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

- MAGRO, T.C. Manejo do uso público em áreas naturais protegidas – aspectos naturais e sociais. 2001. Departamento de Ciências Florestais. ESALQ/USP. 212p. (Apostila de aula)
- MAGRO, T.C. Percepções do uso público em UCs de proteção integral. In: BAGER, A., (Ed.) Áreas protegidas: Conservação no âmbito do cone sul. Pelotas: Alex Bager, 2003. cap.6, p.87-98.
- MAGRO, T.C.; BARROS, M.I.A. Understanding use and users at Itatiaia National Park, Brazil. In.: BUCKLEY, R. (Ed). Environmental impacts of ecotourism. Wallingford, England: CAB International, 2004. p. 361-376.
- MAGRO, T.C.; KATAOKA, S.Y.; RODRIGUES, P.O. Os planejadores estão atendendo os desejos do público? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 1997. **Anais**. Curitiba: IAP; UNILIVRE; Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. v.2, p.167-178.
- MAGRO, T.C.; GRANJA, C.M.; MENDES, F.B. Características do usuário do Parque Estadual da Ilha Anchieta – subsídios para o plano interpretativo. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 6. Campos do Jordão, SP, 1990. **Anais**. Campos do Jordão: __, 1990. p. 766-778.
- MAGRO, T.C; KATAOKA, S.Y.; BENTVELD, C.T.van. Improving the environmental conditions in intensively used rural areas. SIEVANEN, T.; ERKKONEN, J.; JOKIMAKI, J.; SAARINEN, J.; TUULENTIE, S.; VIRTANEN, E. (Ed.). International Conference on Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected areas, Rovaniemi (FI), **Working Papers** Rovaniemi, FI: Finnish Forest Research Institute, 2004. p. 247-252.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Indicadores sócio econômicos, institucionais, biológicos, ecológicos e biofísicos para o sistema de monitoramento de biodiversidade – SIMBIO. Brasília, 1999. 61p. (Relatório interno).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTA. A diretoria do programa de áreas protegidas. http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/quem_somos/txt_diretoria_programa.htm (14 mar. 1999).

MANNING, R.E.; LAWSON, S.; NEWMAN, P.; BUDRUK, M.; VALLIERE, W.; LAVEN, D.; BACON, J. Visitor perceptions of recreation-related resource impacts. In.: BUCKLEY, R. (Ed). **Environmental Impacts of Ecotourism**. Wallingford, England: CAB International, 2004. p.259-271.

MANNING, R.E. **Studies in outdoor recreation – a review and synthesis of the social science literature in outdoor recreation**. Corvallis: Oregon State University. 1986. 1v.

MANNING, R.E. How much is too much? Carrying capacity of national parks and protected areas. In: ARNBERGER, A.; BRANDENBURG, C.; MUHAR, A. (Ed.). **MONITORING AND MANAGEMENT OF VISITOR FLOWS IN RECREATIONAL AND PROTECTED AREAS**. Viena, 2002. **Conference Proceedings**. Vienna, Au: s ed., 2002. p. 306-313.

MANNING, R.E.; LIME, D.W. Defining and managing the quality of wilderness recreation experiences. In: **WILDERNESS SCIENCE IN A TIME OF CHANGE CONFERENCE: wilderness visitors, experiences, and visitor management**. Missoula, 1999. **Proceedings**. Missoula: USDA, Forest Service, 2000. p. 13-52.

- MAROTI, P.S.; SANTOS, J.E. Percepção ambiental voltada à uma unidade de natural de conservação (Estação Ecológica de Jataí). In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 1997. **Anais**. Curitiba: IAP; UNILIVRE; Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, v. 2, 1997. p.333-344.
- MAROY, C. A análise qualitativa de entrevistas. In: ALBARELLO, L.; DIGNEFFE, F.; HIERNAUX, J.P.; MAROY, C.; RUQUOY, D.; SAINT-GEORGES, P. de. **Práticas e métodos de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1997, p.117-155.
- MERIGLIANO, L. Indicators to monitor the wilderness recreation experience. In: Lime, D.W. (Ed.) **Managing America's enduring wilderness resource**. Minneapolis, MN: University of Minnesota; 1990. p. 156-162.
- MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social – teoria, método e criatividade**. 14 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. 80 p.
- NOGUEIRA, M.C. Educação ambiental e extração clandestina de palmito juçara (*Euterpe edulis*): O caso do Parque Estadual “Carlos Botelho” - São Paulo. Piracicaba, 2003. 75p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- OBARA, A.T. Valoração econômica de unidade de conservação – Caso de estudo: Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio – São Paulo). São Carlos, 1999. 111p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos.
- OLIVEIRA, S.M. de. **Ilha Anchieta: Rebelião, Fatos e Lendas**. 2ed. Pindamonhangaba, SP: Gráfica e Editora São Benedito, 2000, 141p.

- PASINATO, R. Aspectos etnoentomológicos, socioeconômicos e ecológicos relacionados à cultura da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) no município de Salto do Lontra, Paraná, Brasil. Piracicaba, 2003. 112 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- PASSOLD, A.J. Seleção de indicadores para o monitoramento do uso público em áreas naturais. Piracicaba, 2002. 75p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- PATTON, M. Qualitative evaluation methods. Beverly Hills, CA: Sage, 1980, 381p.
- PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos:** Estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Edusp, 1990. 154p.
- ROBIM, M. de J.; RIBEIRO, E. Relatório sobre a visitação pública do Parque Estadual da Ilha Anchieta. São Paulo: Fapesp, 2003. 95p. (Relatório parcial da fase II e proposta de continuidade da fase III/ Processo Fapesp – nº 98/14.175-5).
- ROBIM, M. de J. Análise das características do uso recreativo do Parque Estadual da Ilha Anchieta: Uma contribuição ao manejo. São Carlos, 1999. 161 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos.
- SANTOS, J.E.; JESUS, T.P.; HENKE-OLIVEIRA, C.; BALLESTER, M.V.R. Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE ECOLOGIA, 7, São Carlos, 1996. **Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais.** São Carlos: UFSCAR, 1996. p. 309-353

- SAVI, M. Manejo de visitantes para implementação de parques – estudo de caso Parque Estadual Marumbi. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 1997. **Anais**. Curitiba: IAP; UNILIVRE; Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. v. 2, p.391-403.
- SHAFER, JR.E.L. The average camper who doesn't exist. Ogden: USDA, Forest Service, 1969. 27p. (Research Paper NE-142)
- SILVA, T.D. O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. In: SERRANO, C.M.T. e BRUHNS, H. T. (Org.). **Viagens à natureza**: Turismo, cultura e ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 125-141. (Coleção Turismo)
- SIMMONS, I.G. **Ecologia de los recursos naturales**. Barcelona: Ediciones Omega, 1982. 215p.
- SNUC-SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Lei No. 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília:MMA/SBF,.32 p.
- STANKEY, G.H. Visitors perception of recreation carrying capacity. Research Paper n.142. Ogden: USDA. Forest Service. p. 1-61, 1973.
- STANKEY, G.H.; COLE, D.N.; LUCAS, R.C.; PETERSEN, M.E.; FRISSELL, S.S. **The limits of acceptable change (LAC) system for wilderness planning**. Ogden: USDA, Forest Service Intermountain Forest and Range Experiment Station, 1985. 37p. (General Technical Report INT, 176).
- TAKAHASHI, L.Y. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do Estado do Paraná. Curitiba, 1998. 129p. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná.

TAKAHASHI, L.Y. Limite aceitável de câmbio (LAC): manejando e monitorando visitantes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, 1997. **Anais**. Curitiba: IAP; UNILIVRE; Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. v.1, p.445-464.

TUAN, Y. **Topofilia – um estudo de percepção, atitudes e valores e do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL - Difusão Editorial, 1980. p.52-105

TUAN, Y. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 143-164.

URRY, J. O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 2 ed. São Paulo: Stúdio Nobel, SESC, 1999. 231 p. (tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura).

WALLACE, G.N.A. **Administração do visitante**: lições do Parque Nacional de Galápagos. Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 1995. p. 95-142.

WATSON, A.E.; WILLIAMS, D.R.; ROGGENBUCK, J.W.; DAIGLE, J.J. Visitor characteristics and preferences for three national forest wilderness in the South. Ogden: USDA For. Serv., Intermountain Research Station, 1992, 27p. (Res. Pap. INT-455).

WATSON, A.E.; COLE, D.N.; TURNER, D.L.; REYNOLDS, P.S. Wilderness recreation use estimation: A handbook of methods and systems. Ogden: USDA, Forest Service Rock Mountain Research Station, 2000. 198 p. (General Technical Report INT, 56).

WATSON, A.E.; WILLIAMS, D.R. Priorities for human experience research in wilderness. **Trends Wilderness Research**, v.32, n.1, p. 14-18, 1995.

WATSON, A.E.; ROGGENBUCHK, J.W. Selecting human experience indicators for wilderness: different approaches provide different results. In: Kulhavy, David L.; Legg, Michael H. (Ed.). **Wilderness & natural areas in eastern North America: research, management and planning**. Nacogdoches, TX: Stephen F. Austin State University, Arthur Temple College of Forestry, Center for Applied Studies, 1998. p. 264-269.

WATSON, A.E.; HENDEE, J.C.; ZAGLAUER, H.P. Human values and codes of behavior: changes in Oregon's Eagle Cap wilderness visitors and their attitudes. **Natural Areas Journal**, v.16, n.2, p.89-93, 1996.

WATSON, A.E.; CORDELL, H. K.; HARTMANN, L.A. Characteristics of wilderness users in outdoor recreation assessments. In: LEE, M.; BROWN, P.J. (Ed.). **Recreation and park management: papers from the first national symposium of social science in resource management**. Corvallis, OR, 1986. Corvallis, OR: Oregon, 1989. p. 1-10.

WATSON, A.E.; KNEESHAW, K.; GLASPELL, B. Understanding wilderness visitor experience at Wrangell-St. Elias National Park and Preserve in the Alaska regional context. **Draft study plan**, phase II, 2003.